BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

PERIÓDICOS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 9 N.º 11 NOVEMBRO DE 1985

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão e uva), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessoa (algodão e laranja), Irene Raguenet Troccoli (milho, aves e suínos), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (cevada, centeio e sorgo) e Régis Norberto da Cunha Alimandro (café).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços no nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Neli Martins Mascarenhas

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213)

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1 – ,n.1 – 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicitamos aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último Agroanalysis recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

PERIÓDICOS

O **IBGE** *vem de divulgar o seu primeiro* **Prognóstico da Produção Agrícola** *para a safra 1985/86. Nele, as tendências do plantio, em linhas gerais, foram confirmadas, em especial, a forte retração da área de cultivo do algodão (–19,8%), relativamente à da colheita passada. A da soja, em virtude do preço básico ter sido fixado acima do que se esperava, decrescerá somente cerca de 400 mil ha, ficando 3,8% abaixo da registrada em 1984/85.*

As informações disponíveis até as vésperas da semeadura sugeriram que o milho seria o grande destaque da safra, alargando mais ou menos 7,6% sua área, mas a expansão mais significativa dar-se-á com o arroz (+ 10,9%), que recuperará espaços anteriormente ocupados com a soja, no Centro-Oeste.

Além do algodão e da soja, terão também suas áreas diminuídas as lavouras do amendoim (–8,6%), feijão (–3,7%) e mamona (–3,6%). Para a batata-inglesa, prevê-se um plantio praticamente igual ao do ano anterior.

No conjunto, diante desses prenúncios, pode-se supor que a produção das lavouras será menor, no ano entrante, do que a do atual, sobretudo porque não se repetirão, com certeza, os excepcionais rendimentos verificados na safra 1984/85. Pesará, ainda, em desfavor do melhor desempenho da próxima produção vegetal a longa e intempestiva seca que vem assolando largas manchas do Centro-Sul. Aliás, até o momento, não se tem nenhuma informação oficial quanto à extensão dessa inclemência climática, a qual parece ser de monta, suficiente para causar marcado prejuízo à agricultura, caso se admitam como válidos e fiéis os relatos insertos nos grandes órgãos de comunicação.

Em conseqüência, para prevenir dificuldades futuras no abastecimento alimentar, convém, desde logo, que as autoridades governamentais responsáveis se mantenham alertas e, oportunamente, adotem as providências que julguem apropriadas. A safra 1984/85 foi excelente, porém insuficiente para garantir, pelo menos, a necessária oferta de arroz, milho, óleo de soja e carne, produtos estes que se importaram.

A ansiada reativação do mercado interno, que principiou este ano, introduziu novas variáveis no difícil processo de gerenciar o abastecimento. Esperam-se, para o melhor êxito desta iniciativa, inovações nos mecanismos das políticas agrícola e agrária, incluindo aí a comercialização, capazes de incentivar o produtor rural e assegurar, concomitantemente, o tranqüilo atendimento das necessidades dos consumidores.

SUMÁRIO

PRODUTOS ANIMAIS
- Avicultura 2

PRODUTOS VEGETAIS
- Café 5
- Mandioca 8
- Trigo 10

ENSAIOS ESPECIAIS
- Carnaúba 12
- Cebola 16

DISPONIBILIDADE INTERNA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM VEGETAL 20

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 24

PANORAMA AGROPECUÁRIO PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

AVICULTURA

Os preços dos frangos acompanharam e chegaram a ultrapassar os do boi, apesar da estabilidade dos preços da ração. Em conseqüência, houve contenção da demanda.

A esta altura do ano, é possível fazer um balanço aproximado da produção avícola, pois o intervalo entre a produção de pintos de um dia e a oferta de frangos para abate permite essa avaliação antecipada.

Até outubro, de acordo com a **Associação de Produtores de Pintos de Corte – Apinco**, a oferta de pintos de corte somou perto de 947 milhões de cabeças, significando que se poderá obter cerca de 1,5 milhão de t de carne de aves. Estes números indicam que haverá recuperação da atividade, com um aumento de 9% na oferta de carne. Semelhantemente, o índice de ociosidade de 13% agora registrado no ramo é bem menor do que o de 1984 (20%).

De janeiro a setembro, as exportações, segundo a **Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos – Abef**, alcançaram 206 mil t, ou seja, 2,5% a menos do que no mesmo período, em 1984. Neste sentido, as vendas totais deverão ficar abaixo das 288 mil t registradas no ano passado, implicando aumento na disponibilidade interna da carne, comparativamente aos 9 kg/hab/ano então verificados.

"... o preço relativo frango/ração alcançou o nível mais baixo..."

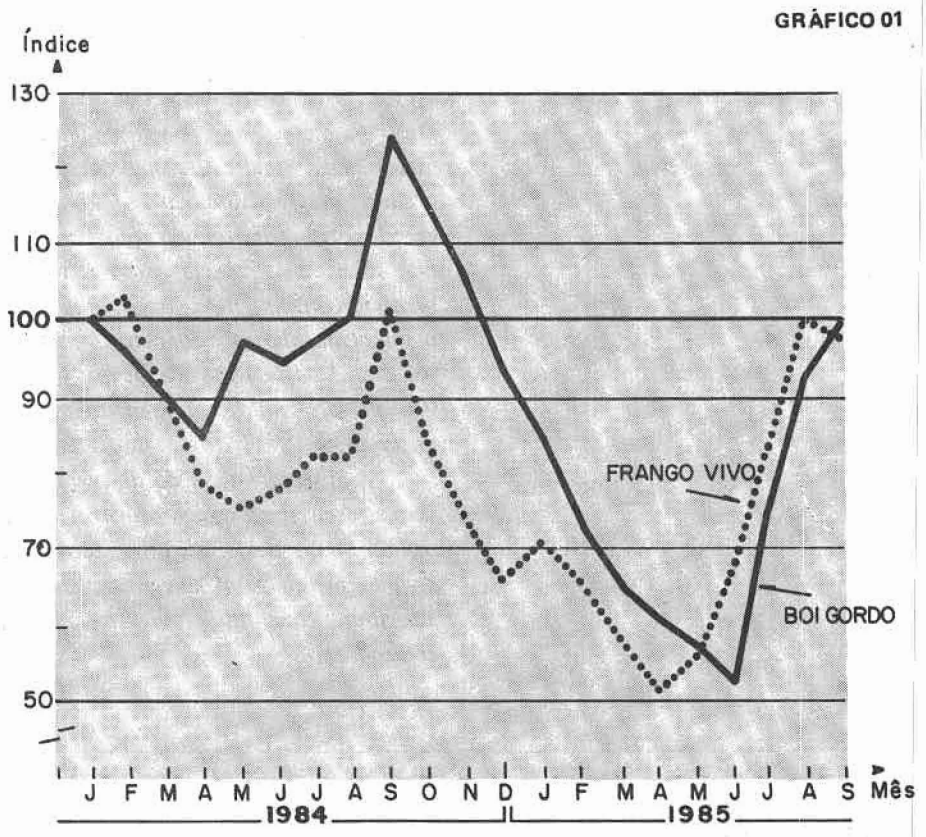
Do ponto de vista do criador, no entanto, o panorama da avicultura não lhe tem sido favorável. Com a queda do preço real da carne bovina, durante o primeiro semestre, as cotações do frango vivo não se sustentaram, fazendo com que o preço relativo médio **frango/ração** alcançasse o mais baixo nível dos últimos anos.

No início do segundo semestre, quando as cotações do boi gordo tiveram rápido crescimento, também melhoraram os preços do frango, repercutindo sobre a rentabilidade média da avicultura (ver Gráfico 01). Essa melhoria se deveu à recuperação, embora parcial, do poder de compra da população, associado à redução da oferta de pintos.

A relação entre os preços do frango e da carne bovina no vare-

SÃO PAULO – FRANGO VIVO E BOI GORDO – ÍNDICES DE PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS CRIADORES – JANEIRO/1984 A SETEMBRO/1985

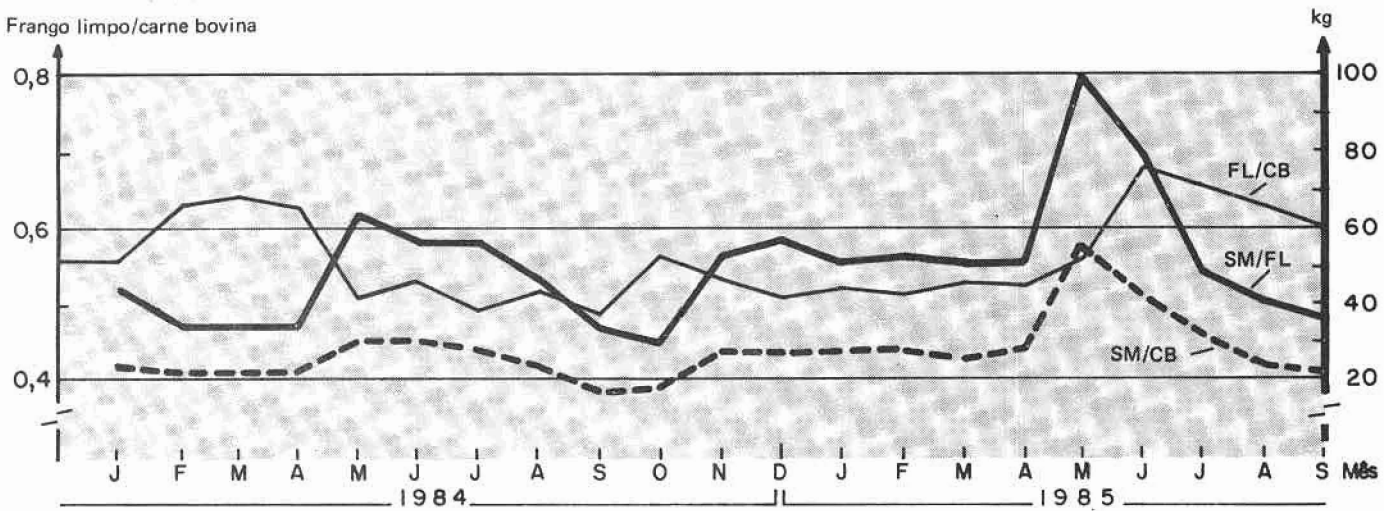
GRÁFICO 01



FONTE – IEA/SP.

SÃO PAULO – PREÇOS RELATIVOS MENSAIS FRANGO LIMPO/CARNE BOVINA (FL/CB) NO VAREJO E RELAÇÕES MENSAIS SALÁRIO MÍNIMO/FRANGO LIMPO (SM/FL) E SALÁRIO MÍNIMO/CARNE BOVINA (SM/CB) – JANEIRO/1984 A SETEMBRO/1985

GRÁFICO 02

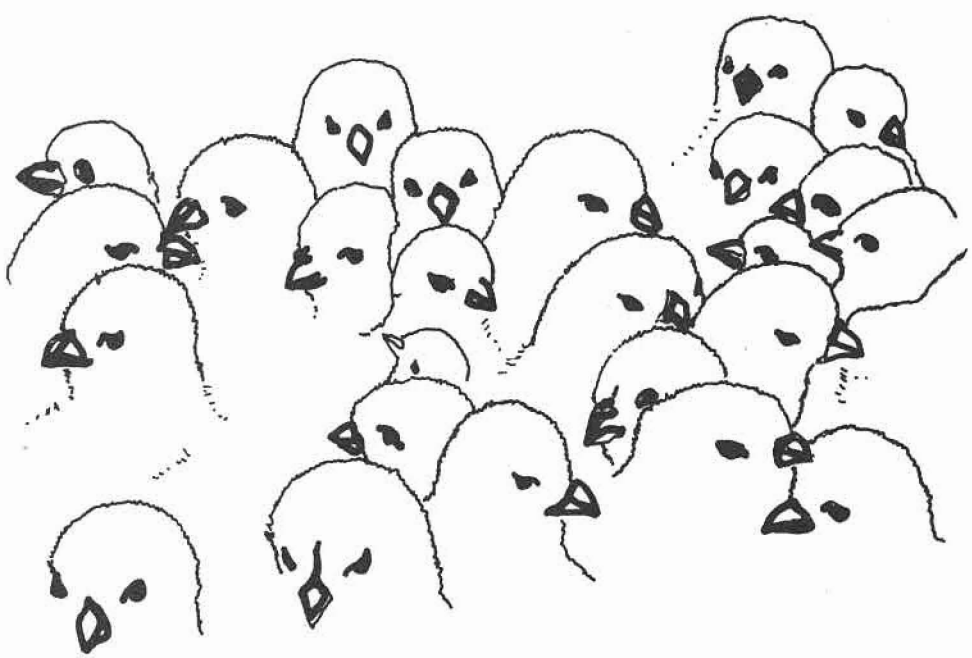


FONTE: IEA/SP

jo da cidade de São Paulo aumentou a partir de junho, evidenciando maior velocidade nas elevações da carne de aves (ver Gráfico 02), e fazendo cair abruptamente a relação entre o salário mínimo e o preço do frango limpo. Geralmente, os consumidores optam pela carne avícola apenas durante a fase de alta do preço da carne bovina, de modo a adaptar o seu orçamento à nova situação, sem sacrificar demasiadamente a sua dieta alimentar de proteínas de origem animal.

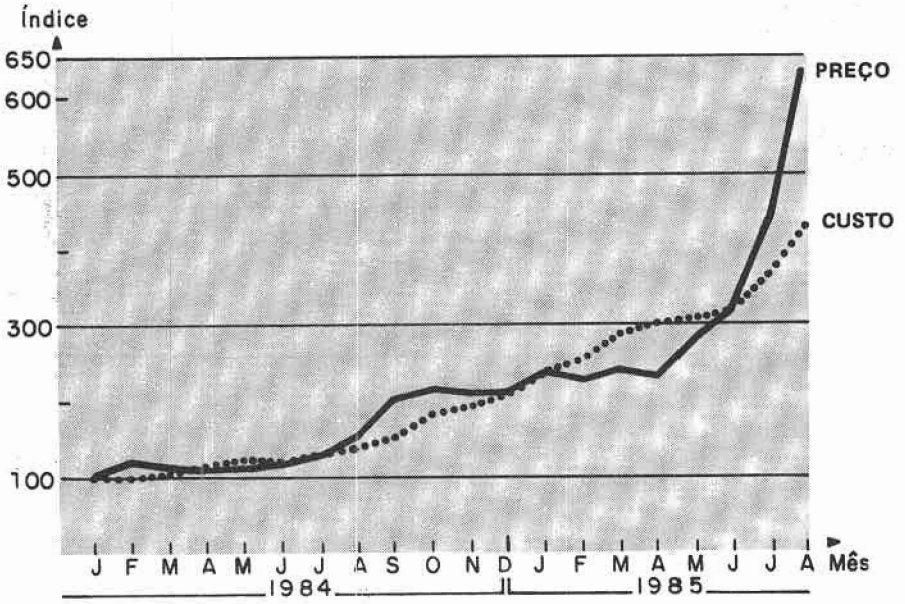
No entanto, quando os preços da carne bovina e de frango se estreitam em demasia, o consumidor volta, naturalmente, a optar pela carne vermelha, pois imagina que, ambas estando caras, há maior vantagem comparativa em adquirir carne bovina.

Animados com o aquecimento dos preços do boi gordo, e com a estabilidade do preço do milho, os avicultores iniciaram, em julho, o aumento da oferta de pintos de um dia, visando a um aumento da receita, que proviria tanto da ampliação das vendas como das cotações das aves no mercado. Segundo a **Associação Paulista de Avicultura**, a partir de junho, o preço médio recebido pelos avicultores paulistas distanciou-se celeremente do custo de produção (ver Gráfico 03). O **Instituto de Economia Agrícola – IEA** – confirma o aumento da rentabilidade da avicultura, ao contrapor a estagnação ou queda do preço real da ração para aves de corte, com a majoração do frango vivo, no período de junho a setembro. A propósito, destaque-se que, em setembro, o preço real da ração, em São Paulo, foi 8% menor do que em janeiro, enquanto a cotação do frango vivo subiu 37%.



SÃO PAULO – FRANGO – ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES E DO CUSTO MENSAL DA PRODUÇÃO – JANEIRO/1984 A AGOSTO/1985
(JAN/84 =100)

GRÁFICO 03



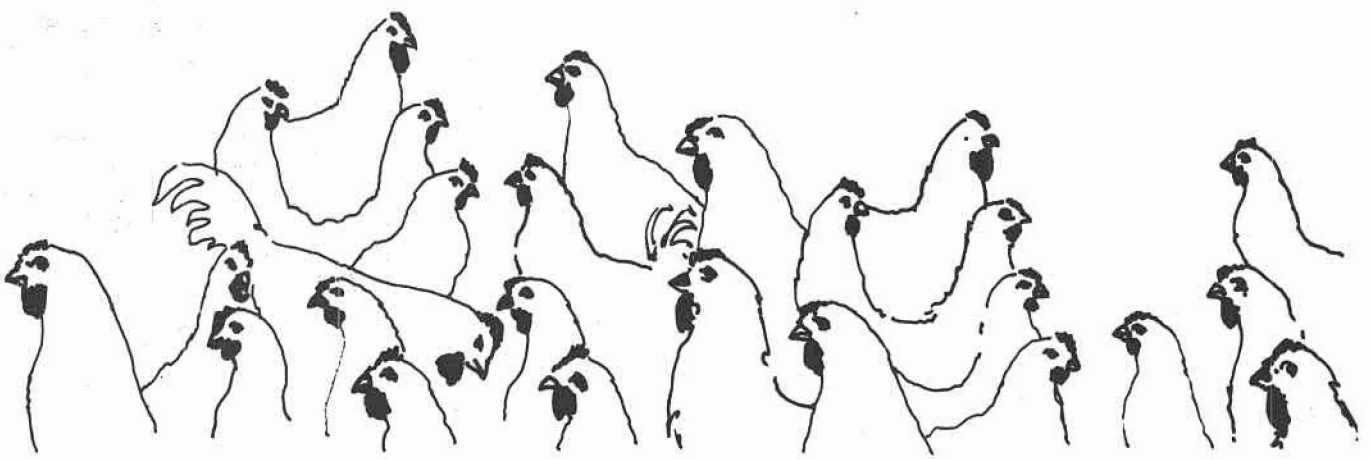
FONTE – APA.

Desde meados do ano, a conjuntura passou a ser extremamente favorável à avicultura, pois coincidiram a alta do preço da carne bovina, o aumento da oferta de frangos e a estabilidade dos preços da ração. Ao acompanhar a alta abrupta da carne bovina e até, em alguns momentos, ultrapassá-la em intensidade, os avicultores deixaram de aproveitar, de modo adequado, o excelente momento para ampliar sua fatia do mercado. Com isso, a contração da demanda foi imediata.

Destarte, em setembro, o preço recebido pelo avicultor paulista não conseguiu se sustentar, despencando, de um dia para o outro, de Cr$ 5.050/kg para Cr$ 4.100/kg, segundo o **IEA**. Embora se tenha elevado para Cr$ 4.200/kg no final de setembro, voltou a cair para Cr$ 4.100/kg em meados de outubro. Para agravar o quadro, em outubro, o preço do milho começou a aumentar, impulsionado pelas notícias de que o plantio da safra 1985/86 no Centro-Sul estava atrasado, devido à estiagem nas regiões produtoras, ao mesmo tempo em que o preço do farelo de soja aumentava, com a interrupção dos leilões da **CFP**. O preço relativo **frango vivo/ração** (3,0) em São Paulo decresceu em relação à média de setembro.

Como o reflexo do que ocorre no mercado não incide simultaneamente na produção, a quantidade de pintos de corte em setembro, registrada pela **Apinco**, repetiu os 102 milhões de cabeças registrados em agosto, permitindo prever a oferta recorde de 105 milhões de cabeças, em outubro.

Pode-se prever, portanto, que o mercado estará suficientemente abastecido com carne avícola até o final do ano, cujas vendas, porém, estarão na dependência de um ajuste entre seus preços e o da carne bovina. Não obstante a maior demanda sazonal do fim do ano se constituir em um alento para os criadores, os dois últimos meses poderão representar um duro período, caso se mantenha a tendência de alta dos preços do milho, ante as dificuldades que se vislumbram para a próxima safra.



CAFÉ

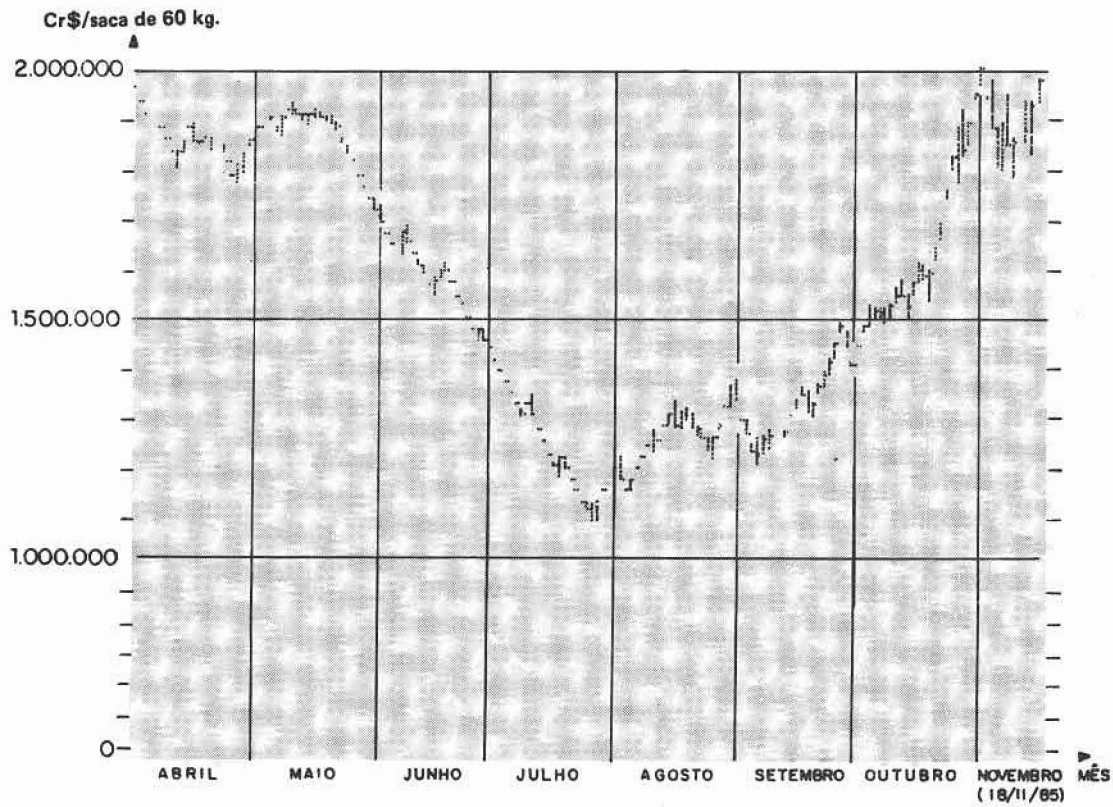
Em meados do ano, havia suspeitas de que o IBC não pretendia comprometer recursos governamentais para a sustentação das cotações. O Plano de Safra 1985/86 e o Programa de Retenção confirmaram aquela impressão. Logo se viu, porém, que este último substituía vantajosamente a forma tradicional de intervenção estatal

Em abril/maio de 1985, quando alguns estados produtores iniciavam a colheita de café da safra 1985/86, os preços internos começaram a baixar de modo bastante acentuado. Vieram os meses de inverno, quando o risco de as geadas prejudicarem as plantações, normalmente, conculsiona o mercado, mas a tendência de baixa manteve-se inabalável. Na **Bolsa de Mercadorias de São Paulo**, as cotações do contrato futuro/**março de 1986** declinaram de Cr$ 1,9 milhão/saca para pouco mais de Cr$ 1 milhão/saca, durante o processo (ver Gráfico 04). No mercado físico, falava-se que as cotações do café, em breve, estariam igualadas aos níveis de suporte definidos pelos preços de garantia.

Neste período, poucos imaginavam que, em futuro próximo, os preços novamente subiriam com a velocidade assustadora agora presenciada.

CAFÉ – COTAÇÕES DIÁRIAS NA BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO DO CONTRATO MARÇO DE 1986 – ABRIL A NOVEMBRO DE 1985 – Cr$/saca de 60kg.

GRÁFICO 04



FONTE – Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Afinal, colhia-se uma safra relativamente grande, calculada, então, em 29,5 milhões de sacas e, hoje, estimada pelo mercado em torno de 31 milhões de sacas. Além disso, algumas declarações de autoridades da área faziam crer que o **IBC** não pretendia comprometer recursos governamentais com a sustentação dos preços do café durante 1985/86.

As divulgações do **Plano de Safra 1985/86** e do **Programa de Retenção**, no início do segundo semestre, transformaram em certeza aquela suspeita de muitos. A determinação de um preço de garantia inicial insatisfatório, combinada com o compromisso de corrigi-lo periodicamente conforme a evolução das ORTN's e com a concessão de acréscimos reais prefixados por ocasião dos reajustes, tinha intuito claro: desestimular a entrega de café ao governo federal.

O **Programa de Retenção** denunciava, ainda mais, o desejo do **IBC** de se ausentar do mercado, pois, na prática, o **Programa** transferia ao setor privado a tarefa, classicamente desempenhada pelo governo, de dar sustentação às cotações durante o período de comercialização da safra.

A certeza da omissão governamental durante o período de comercialização de uma safra de grande dimensão pesava negativamente no processo de formação de preços. Com isso, foram prejudicados os produtores menos capitalizados, que vendem quase toda a produção assim que terminam a colheita, principalmente os das regiões onde a maturação dos frutos ocorre mais cedo, como o Espírito Santo.

Inicialmente, tanto produtores quanto exportadores de café criticaram duramente as medidas governamentais. Logo depois, as principais lideranças da cafeicultura perceberam que o **Programa de Retenção** substituía, e com vantagens, a forma clássica de intervenção governamental e, então, a situação do mercado começou a se alterar.

O **Programa** iria retirar do mercado, durante a fase de comercialização mais intensa da safra, uma quantidade de café possivelmente maior do que aquela que o **IBC** se disporia a comprar, caso fosse levado a cancelar o **Programa de Retenção**. Nos meses de agosto e de setembro, a quantidade demandada pelos exportadores dobrou, pois foram obrigados a estocar uma saca para cada uma vendida ao mercado externo. Ainda em agosto, as autoridades determinaram que a estocagem compulsória dos exportadores, no trimestre outubro-dezembro, obedeceria à proporção de 2x1. Ou seja, a quantidade de demanda pelos exportadores triplicaria, no período.

Atualmente, as lideranças rurais apóiam, de maneira irrestrita, o **Programa de Retenção**. Resta, porém, a preocupação com o nível do preço de garantia, definido num período de cotações deprimidas, e que servirão de base para futuras correções, depois que a estocagem compulsória for extinta.

Os exportadores, tradicionalmente monolíticos em suas reivindicações, dividiram-se na avaliação das medidas governamentais. Algumas empresas, quase todas de grande porte, apoiaram a **Retenção**, principalmente depois que o governo criou uma linha especial de crédito para financiar a aquisição dos estoques e que assumiu, ainda que parcialmente, os riscos de desvalorização dos estoques decorrentes de eventual queda real dos preços internos. Outras empresas entendem que estas medidas compensatórias não são suficientes e que o **Programa** aumentará o grau de concentração dos negócios em poder das grandes firmas exportadoras. Alegam que a manutenção dos estoques, na proporção e prazo definidos pelo **Programa**, exige uma capacidade financeira muito elevada. Algumas destas empresas pleiteiam, na justiça, o puro e simples cancelamento do **Programa**, pretensão que, cada vez mais, parece fadada a se frustrar.

Do ponto de vista macroeconômico de curto prazo, a solução arquitetada pelas autoridades é interessante. De fato, o **Programa de Retenção** fez mais do que se pretendia dele: dar sustentação aos preços do café na fase inicial de comercialização. Na verdade, o **Programa** conseguiu reverter a tendência de baixa que perdurava há três meses seguidos, sem requerer, para isso, a mobilização de recursos da União.

As autoridades governamentais defrontam-se, atualmente, com uma situação inversa à de alguns meses. A recuperação gradual das cotações, promovida pela estocagem compulsória, foi seguida por uma rápida elevação dos preços durante os meses de outubro e novembro.

Como amplamente noticiado, o movimento altista nutriu-se de informações de que as principais regiões produtoras foram castigadas por uma estiagem de cerca de cinco meses.

As cotações do contrato **março-1986** da **Bolsa de Mercadorias de São Paulo** aumentaram, quase ininterruptamente, desde julho último. Nesta ocasião, cada saca de café para entrega futura, era comercializada a pouco mais de Cr$ 1 milhão. No início de novembro, a mesma saca era negociada a Cr$ 1,9 milhão, nível semelhante ao praticado em abril/maio de 1985.

As especulações sobre os prejuízos decorrentes da estiagem vêm dando margem a previsões catastróficas com relação à colheita do próximo ano. A rigor, é muito cedo para prever, com alguma segurança, o resultado da próxima safra. Ainda assim, expectativas mais extremadas como a de que o Brasil precisará importar, parecem de difícil concretização.

Conforme a avaliação do **IBC**, a

disponibilidade total, no início de 1985/86, era de 40,5 milhões de sacas. Este cálculo considera a segunda estimativa da produção de 1985/86, a qual foi fixada em 29,5 milhões e um estoque inicial de 11 milhões. No entanto, boa parte dos observadores do mercado admitem que a colheita superou as previsões iniciais, tendo atingido cerca de 31 milhões de sacas. As mesmas fontes avaliam que o estoque inicial era de 7,5 milhões de sacas, o que reduziria o cálculo da disponibilidade total para 38,5 milhões (ver Quadro 01).

Por outro lado, o mercado interno e as exportações deverão absorver cerca de 23,4 a 26 milhões de sacas, até junho de 1986. A quota inicial do Brasil junto à **OIC** é de 16,4 milhões e cerca de 1 milhão a 2 milhões de sacas serão destinadas ao mercado dos países não-membros do **Acordo.**

Considerando-se estas estimativas, o estoque final de 1985/86 ficará entre 10,5 e 15 milhões de sacas, nível bastante confortável, não fosse a perspectiva de quebra acentuada da próxima safra. Se as previsões mais pessimistas se verificarem (produção de 12 milhões de sacas em 1986/87), de fato, ter-se-á de comprimir as quantidades previstas para o consumo interno e/ou para exportações. Se, no entanto, a próxima colheita atingir de 14 a 18 milhões de sacas, como acreditam fontes do comércio, a disponibilidade inicial de 1986/87 será suficiente.

É certo que as previsões atuais a respeito da próxima colheita brasileira possuem margens de erro muito elevadas. A perspectiva de um mercado com oferta apertada durante os próximos dezoito meses, pelo menos, não ameaça a curto prazo, a posição de liderança no mercado externo. Evidencia, porém, que esta posição, a médio prazo, poderá ser arranhada, caso se continue a praticar uma política de produção restrita.

QUADRO 01 – BRASIL – DISPONIBILIDADE INTERNA DE CAFÉ – 1985/86
(milhões de sacas de 60kg)

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA I	ESTIMATIVA II
Estoque inicial[1]	11	7,5
Produção	29,5	31
Disponibilidade total[1]	40,5[2]	38,5
Exportações	17,4 a 19	17,4 a 19
Consumo interno	6 a 7	6 a 7
Quantidade demandada	23,4 a 26	23,4 a 26
Estoque final[3]	14,5 a 17	12,5 a 15,1

FONTE – IBC e empresas privadas.

[1]Em 1º/07/85; [2]conforme a 2ª estimativa da safra 1985/86, do IBC;
[3]em 30/06/86.

Na segunda semana de novembro, o **IBC** divulgou um conjunto de medidas objetivando conter o processo de elevação dos preços internos e melhorar a *performance* das exportações brasileiras.

Entre as medidas adotadas, cabe destacar a elevação dos preços mínimos de registro de exportação, a alteração da fórmula de cálculo do preço do café brasileiro a ser pago pelo importador e a mudança da proporção da estocagem compulsória das exportações.

Os preços mínimos de exportação foram elevados para que se aproximassem dos níveis praticados no mercado externo. A fórmula de cálculo do desconto, que determina o preço efetivo pago pelo importador, foi alterada em favor do comprador, para tornar o produto brasileiro mais competitivo no mercado externo. A proporção entre a quantidade obrigatoriamente estocada e as exportações foi diminuída. Antes, era necessário estocar 2 sacas de café para cada uma exportada. Agora, será necessário estocar a mesma quantidade vendida ao exterior.

De fato, as medidas adotadas se faziam necessárias, já há algumas semanas. Com a alta dos preços internos, o registro de exportações havia caído para níveis muito baixos, pois o preço de oferta do café brasileiro no mercado externo inviabilizava a realização de negócios no ritmo normal. Internamente, o consumidor foi, também, prejudicado pela elevação de cerca de 60% do preço do café torrado e moído, em apenas trinta dias. Além disso, existia a ameaça de suspensão da produção por parte da indústria.

No entanto, a gravidade da situação não justifica a maneira com que as decisões foram tomadas. Há alguns meses, como se recorda, o governo adotou medidas visando à sustentação dos preços, no mercado interno através de obrigações novas para os exportadores. Estes, com isso, armazenaram cerca de 6,5 milhões de sacas em três meses e meio. Tendo em vista a firmeza dos preços internos, decorrente da perspectiva de que a próxima safra apresente resultados diminutos, é improvável que o setor privado seja prejudicado pela desvalorização dos estoques constituídos de forma compulsória.

MANDIOCA

As lavouras de mandioca são caracterizadas pela rusticidade. A idéia de que se estaria iniciando, em 1985, a recuperação da atividade não possui sustentação, visto que não houve alterações nos fatores que acarretaram a decadência do cultivo, iniciada há anos.

A produção estimada para a atual safra é de 23 milhões de t, o que significa um acréscimo de 9% relativamente à do ano passado, que está sendo interpretado como um sinal de recuperação da lavoura. Nos últimos dez anos, houve decréscimos em série da área colhida, ao tempo que a produtividade agrícola manteve-se inalterada, resultando em contínua queda da quantidade produzida (ver Quadro 02).

A hipótese de uma possível retomada dos níveis de produção do passado não parece factível, já que permanecem inalterados os fatores que vêm determinando a decadência da atividade. Em verdade, o atual aumento da produção ocorreu como uma resposta ao estímulo provocado por breve elevação dos preços no período de plantio deste ano. Durante a colheita do ano passado, os preços da raiz e seus derivados reagiram diante de um momentâneo déficit de oferta, resultante dos efeitos da seca no Nordeste e das cheias que atingiram algumas áreas produtoras da região Sul. A escassez da farinha de mandioca no Nordeste, onde seu consumo é elevado, ampliou temporariamente o mercado para o produto do Sul.

Em virtude dos altos preços da mandioca, que prevaleceram até meados de 1985 (ver Gráfico 05), surgiram novos produtores, muitos sem qualquer experiência anterior. Na média, o rendimento físico manteve-se baixo, apesar de registrar alguma melhora, que pode ser creditada, especialmente na região Sul, a um maior cuidado nos tratos culturais, na seleção de mudas, no melhor preparo do solo e no combate mais racional às ervas concorrentes.

As condições climáticas, nesta safra, também foram propícias em quase todo o país, exceto em alguns estados nordestinos, onde a elevada umidade do solo provocou o apodrecimento de raízes. A rigorosa estiagem que atingiu áreas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, no segundo semestre, não chegou a prejudicar a safra atual, mas, na seguinte, poderá reduzir o rendimento agrícola, pois caiu a qualidade do material armazenado para o plantio, o qual será feito com atraso (normalmente ocorre entre setembro e outubro).

É possível que, com a seca no Centro-Sul e a elevação do preço do milho, cresça a possibilidade de maior utilização da mandioca em rações, o que poderá provocar ligeira recuperação dos preços.

No tocante aos preços mínimos, revelam que há interesse governamental no apoio à lavoura, pois o reajuste se deu em nível equivalente ao da elevação da inflação (216,6%). Assinale-se que, na safra anterior, o reajuste do preço-base tinha sido ainda mais elevado (270%), o que se explica por se encontrar, então, muito defasado relativamente ao mercado. No entanto, devido ao baixo patamar sobre o qual foram dados os reajustes dos dois últimos anos, o preço de garantia do produto é ainda considerado insuficiente.

São, ainda, necessárias medidas que garantam a efetiva ampliação do mercado para os produtos derivados da mandioca e, por não terem sido adotadas, os preços pagos aos

QUADRO 02 – BRASIL – PRODUÇÃO DE MANDIOCA – 1976-85

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO FÍSICO (t/ha)
1976	2.093.638	25.443.053	12,15
1977	2.175.525	25.929.484	11,92
1978	2.148.707	25.459.408	11,85
1979	2.111.052	24.962.191	11,82
1980	2.015.857	23.465.649	11,64
1981	2.067.253	24.516.360	11,86
1982	2.122.029	24.072.320	11,34
1983	2.061.203	21.847.892	10,60
1984	1.815.539	21.289.147	11,73
1985[1]	1.885.995	23.257.778	12,33

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa

produtores passaram a cair a partir de março último, sendo que, em setembro, já registravam queda de 31% em relação ao preço real médio de fevereiro.

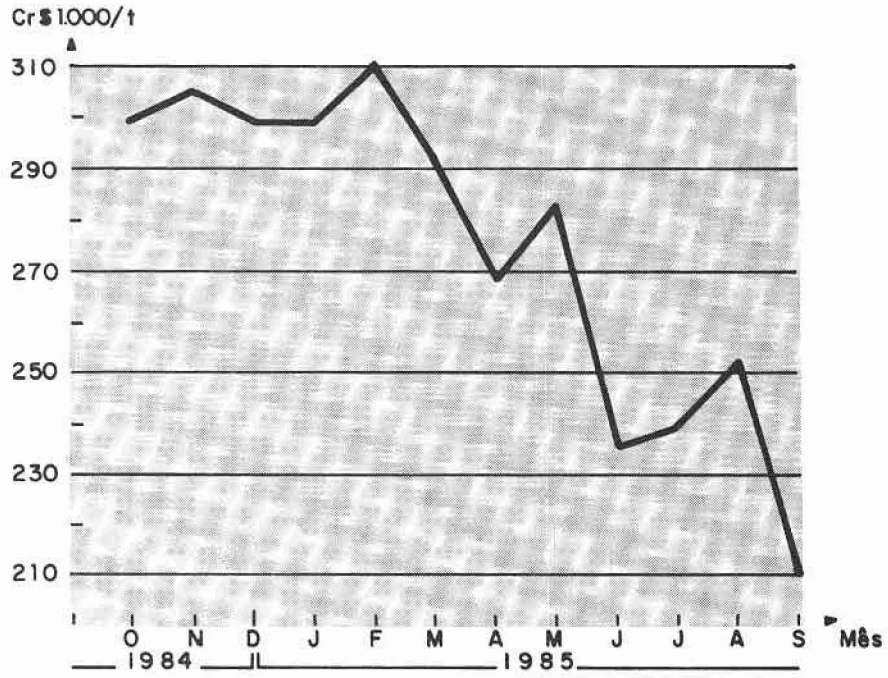
Até recentemente, alimentou-se a expectativa de que, com o anunciado fim do subsídio ao trigo, abria-se espaço para um extraordinário crescimento da indústria de transformação da mandioca em raspa, favorecida pelo possível aumento de sua utilização na panificação. No entanto, esta esperança vem-se desvanecendo diante do abandono, pelo menos temporário, do objetivo de retirada da subvenção ao trigo.

Assim sendo, as maiores possibilidades da ampliação do mercado para a mandioca parecem concentrar-se nos resultados de uma política econômica mais distributiva da renda e da terra.

Em primeiro lugar, deve ser considerado que a implementação do atual programa de reforma agrária poderá possibilitar maior produção e consumo do produto. Pelo lado da produção, há o fato de que a mandioca é cultura rústica, essencialmente de pequena propriedade, que poderá ocupar parte das novas áreas de cultivo. Quanto ao consumo, ampliar-se-ia o mercado, na medida em que é na área rural que a mandioca e seus derivados encontram maior demanda. Segundo estimativa da **Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater)**, o consumo *per capita* de mandioca pela população rural é de 199 kg/ano, o que comprova a importância, para a cultura, de uma maior fixação de mão-de-obra no campo. Nos centros urbanos, o consumo *per capita* do produto está estimado em apenas 40 kg/ano. Também o efeito mais imediato de uma melhor distribuição da renda seria o aumento do consumo de determinados alimentos, como o dos derivados de mandioca. Para o presente, ressalte-se a importância do **Programa de Alimentação Popular (PAP)**, que, em sua cesta básica, inclui a farinha de mandioca.

BRASIL – PREÇO MÉDIO REAL[1] DA RAIZ DE MANDIOCA NO NÍVEL DO PRODUTOR

GRÁFICO 05



FONTE – FGV/IBRE/CEA

[1] corrigido, pelo IGP-DI, para setembro de 1985.

Contudo, mesmo que os propósitos declarados de uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda sejam efetivamente implementados, seus efeitos ainda tardarão. A curto prazo, a cultura da mandioca deve permanecer desempenhando papel secundário na agricultura brasileira.

A falta de maior segurança frente ao mercado e a permanente oscilação dos preços fazem o produtor reagir negativamente a melhorias em suas plantações.



TRIGO

Espera-se uma safra excepcional. Possivelmente, haverá dificuldades na estocagem e necessidade de renegociação das importações acordadas para 1986, que acabaram ficando superdimensionadas.

A safra de trigo de 1985 apresentará resultados surpreendentes. A produtividade física média será recorde (1.558 kg/ha, segundo o IBGE) e a produção atingirá 4,1 milhões de t, 110% a mais do que a de 1984. Mesmo assim, ainda se terá de adquirir no exterior mais de 2 milhões de t para atender ao consumo interno.

Os dados de área, produção e rendimento físico das colheitas de 1984 e 1985 estão no Quadro 03. Este ano, registrou-se grande incremento na área plantada, como conseqüência dos bons resultados obtidos no Paraná, em 1984, e também do preço de garantia fixado pelo governo – Cr$ 1,1 milhão/t, em 1º de abril último, corrigido mensalmente pela variação cambial. O grande destaque, porém, foi o excepcional rendimento



agrícola obtido, devido ao clima muito seco de 1985, conjugado com a ocorrência de chuvas nos momentos adequados.

Pela primeira vez em muitos anos, a abundância de trigo criou alguns problemas inusitados. No Paraná, há dificuldades na estocagem e, no âmbito federal, o governo está renegociando as importações previstas para 1986, normalmente efetuadas através de contratos de longo prazo, e que acabaram ficando superdimensionadas.

O sucesso da atual produção trouxe de volta certo ufanismo, ou seja, finalmente, os esforços para produzir trigo obtêm recompensa. Até então, a característica marcante da produção tritícola brasileira tem sido os baixos rendimentos físicos por ha, geralmente conseqüência de condições climáticas adversas na região subtropical do Sul do Brasil, onde se estende a maior área de cultivo.

Os níveis da demanda, por sua vez, também preocupam, pois dependem, em larga medida, da política oficial. Trava-se acalorado debate no **Congresso Nacional**, com repercussão na imprensa, a respeito do trigo. Os produtores, industriais e comerciantes se mobilizam em defesa de seus interesses. O consumo atual, da ordem de 6 milhões de t, está grandemente influenciado pelo subsídio há anos concedido pelo governo federal, que barateia o preço final da farinha e dos seus derivados.

A retirada desse subsídio, evidentemente, prejudicaria alguns agentes econômicos e beneficiaria outros. É possível que a retirada contribuísse

QUADRO 03 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – PRODUÇÃO DE TRIGO – 1984/85

ESTADO	ÁREA (mil ha)		PRODUÇÃO (mil t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
Paraná	829	1.280	1.086	2.500	1.310	1.953
Rio Grande do Sul	634	956	611	1.030	964	1.077
Mato Grosso do Sul	111	197	109	265	982	1.345
São Paulo	138	151	113	256	819	1.695
Santa Catarina	15	40	12	36	800	900
Minas Gerais	13	7	24	13	1.846	1.857
Outros	1	1	1	1	1.000	1.000
BRASIL	1.741	2.632	1.956	4.101	1.123	1.558

FONTE – IBGE.

para o aumento da produção de algumas lavouras, tais como as do milho e da mandioca, trazendo benefícios aos seus produtores e às indústrias a eles vinculadas. Questiona-se, entretanto, a que preços esses produtos seriam ofertados, em substituição ao trigo barato que é consumido atualmente. Se a produção dos gêneros básicos continuar apresentando — e nada indica que isso possa mudar — os mesmos (baixos) rendimentos físicos por ha, não há razão para supor um barateamento de seus preços. Aumentos da demanda, sem melhora das condições de produção e dos canais de comercialização, não guardam relação relevante com a queda de seus preços.

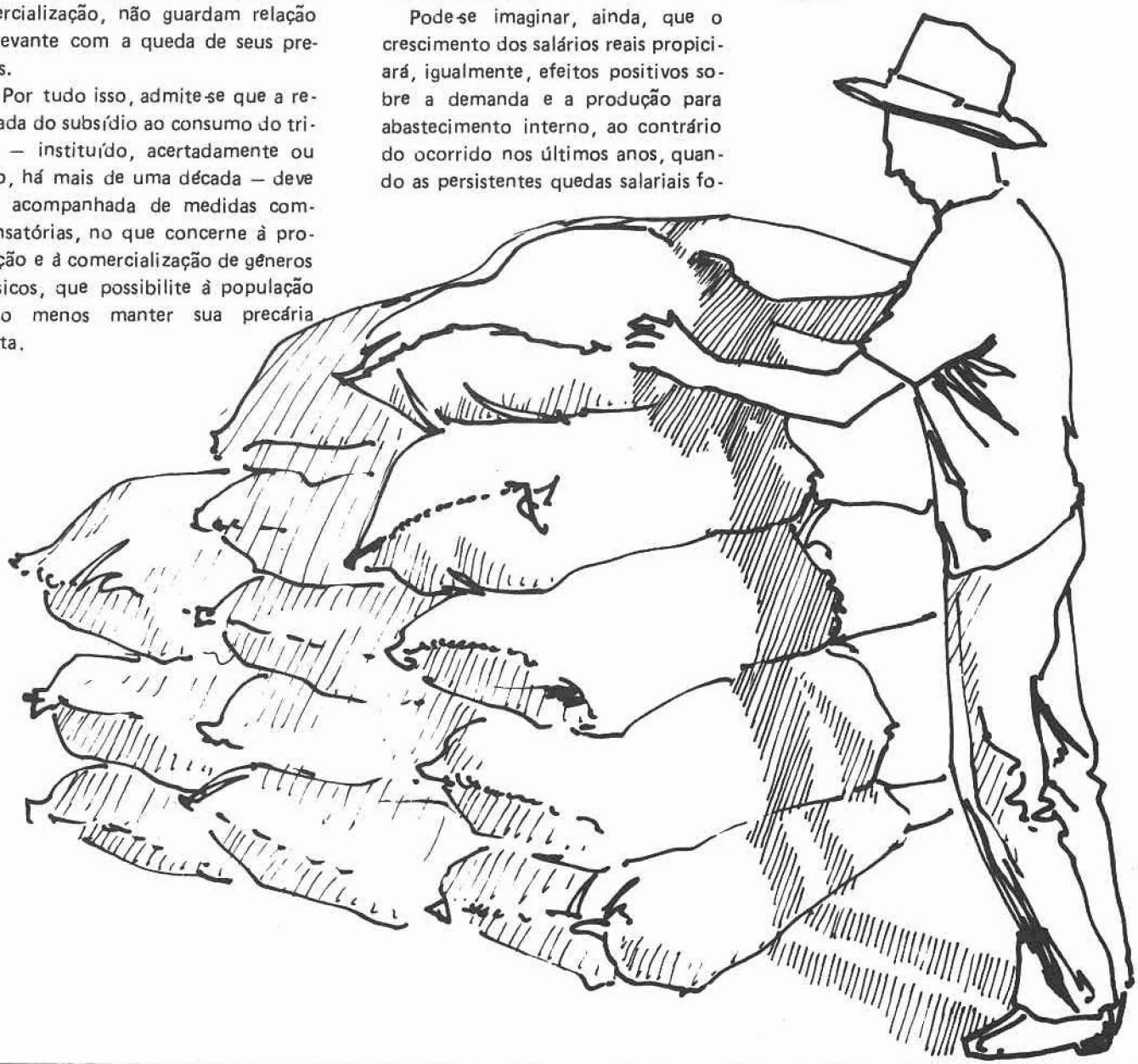
Por tudo isso, admite-se que a retirada do subsídio ao consumo do trigo — instituído, acertadamente ou não, há mais de uma década — deve ser acompanhada de medidas compensatórias, no que concerne à produção e à comercialização de gêneros básicos, que possibilite à população pelo menos manter sua precária dieta.

É claro que diversas sugestões podem ser feitas nesse sentido. A primeira delas é um programa sério de incentivo à produção e, principalmente, ao aumento da produtividade do arroz de sequeiro, feijão, milho e mandioca. Isto significa tornar disponíveis crédito e assistência técnica, para possibilitar a redução da atual instabilidade, em termos de rendimentos físicos e retornos financeiros. De nada adiantará promover o crescimento da cultura de feijão, por exemplo, se o preço cai, por esse motivo e, assim, desestimula a produção no ano seguinte.

Pode-se imaginar, ainda, que o crescimento dos salários reais propiciará, igualmente, efeitos positivos sobre a demanda e a produção para abastecimento interno, ao contrário do ocorrido nos últimos anos, quando as persistentes quedas salariais foram acompanhadas da estagnação da produção de alimentos e da retração de seu consumo *per capita* (incluindo o trigo).

Há outras medidas que poderiam ser cogitadas, tais como a redução ou eliminação de alguns impostos incidentes sobre os alimentos ou, ainda, a melhora dos canais de escoamento da produção.

Na verdade, faz-se necessário promover uma grande revisão no posicionamento tradicionalmente adotado pela administração federal, com referência à questão alimentar da população.



CARNAÚBA

A ausência de custos de plantio e de tratos culturais, típica das atividades extrativas e o fato de o corte da folha se dar quando a mão-de-obra não está mais ocupada com outras lavouras, são fatores de estabilidade da produção. O mercado externo absorve 80% da produção da cera de carnaúba, mas há a concorrência de substitutos naturais e químicos e, no âmbito interno, o governo federal detém estoques elevados, que tolhem o crescimento dos preços.

Nativa do Nordeste brasileiro, a carnaúba é principalmente encontrada no Ceará e no Piauí. Dela, tudo se aproveita: dos frutos, extrai-se o óleo; do caule, lenha e palmito e, das folhas, o pó cerífero, com o qual se faz a cera de carnaúba (produzida apenas no Brasil), bem como chapéus, bolsas, esteiras, redes, cordas e papéis.

Geralmente, o corte das folhas para retirada da cera ocorre no princípio e no final do segundo semestre de cada ano, época de poucas chuvas. Das folhas novas, obtém-se o chamado **pó-de-olho**, um pó cerífero de qualidade superior ao **pó-de-palha**, que é retirado das folhas já abertas e mais velhas.

O processo de obtenção da cera tradicionalmente envolve as fases de corte da palha, secagem, retirada de pó e fusão. Existem algumas variantes deste processo, com a cera feita a partir da borra e não do pó, além da utilização de máquinas, com algumas desvantagens para a secagem e retirada do pó. Todas estas etapas se verificam no campo, obtendo-se a chamada **cera de origem**, que contém algumas impurezas, por falta de tratamento químico adequado. O produtor vende o pó ou a cera às indústrias, que fabricam a cera industrial, de qualidade superior.

A cera é utilizada na fabricação de produtos de polimento de assoalhos, calçados, aeronaves e outros, na indústria de cosméticos, na fabricação de papel carbono, papel especial para computadores, verniz, tinta, lubrificante em graxa e disco fonográfico. Serve para revestimentos protetores de veículos e máquinas em geral e é importante componente de produtos farmacêuticos e dentários, artigos de borracha (protege, evitando rachaduras). Pode ser, também, empregada em fundições de superfícies galvanizadas) e na indústria elétrica, como material isolante, impregnador em condensadores, protetor nas caixas de baterias e em cabos de alta tensão.

A especificação da cera se faz por tipos, que vão de 1 a 5, a saber: tipo 1: primeira, ou **flor**; tipo 2: mediana; tipo 3: gorda clara; tipo 4: gorda parda; tipo 5: arenosa.

Do pó cerífero tipo A (**pó-de-olho**), obtém-se as ceras tipos 1 e 2 e do tipo B (**pó-de-palha**), as demais. Quanto mais clara a coloração e menor o número do tipo, melhor será a qualidade da cera.

Estima-se que aproximadamente 80% da cera produzida no país são exportados. Os tradicionais importadores são poucas firmas, com grande poder de determinação do preço no mercado.

É no exterior que a cera brasileira encontra fortes concorrentes, devido ao desenvolvimento tecnológico nos países importadores, onde há pesquisas em laboratórios, com o objetivo de encontrar um sucedâneo sintético capaz de substituí-la como matéria-prima , uma vez que seus preços são elevados no mercado internacional.

Existem hoje ceras sintéticas fabricadas pelas empresas multinacionais do setor químico, como a **montana**, além de produtos substitutos derivados do petróleo e, ainda, ceras vegetais como a de **licuri** e a de **candellila**, dentre outras, que competem com a da carnaúba.

A cera de carnaúba, porém, por apresentar qualidades insuperáveis quanto ao brilho e resistência, permanece como um insumo de extrema importância na fabricação de solventes e produtos de polimento. Há diversos casos em que não pode ser substituída completamente, participando, mesmo que de forma reduzida, das formulações químicas, juntamente com seus sucedâneos.

Sendo assim,, o consumo externo tem-se mantido praticamente inalterado nos últimos cinco anos (ver Quadro 04). Por outro lado, também não há interesse das firmas estrangeiras em aumentar o consumo de um produto totalmente baseado no extrativismo. Estima-se que, diante da quantidade de carnaubeiras existentes no país, poder-se-ia atingir a produção máxima de 20 mil t de cera anualmente, mas a produção em épocas normais (sem intempéries) situa-se em torno de 12,5 mil t. Qualquer aumento da demanda está, pois, limitado pelo tempo que a carnaúba leva para começar a produzir (de oito a dez anos), desestimulando o investimento no plantio.

Alguns exportadores brasileiros acreditam que, mesmo assim, há espaço a ser conquistado no mercado externo. A expansão do uso da

QUADRO 04 – EXPORTAÇÃO DE CERA DE CARNAÚBA – 1980-85

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$)	PREÇO MÉDIO (US$)
1980	9.667	16.982.931	1.756
1981	10.088	17.786.436	1.763
1982	8.479	14.537.005	1.714
1983	10.433	13.081.344	1.253
1984	10.005	10.528.824	1.052
1985[1]	4.968	5.995.156	1.206

FONTE – Cacex.
[1] Dados até maio.

cera sintética no mercado mundial seria uma prova desse potencial. A falta de uma política comercial mais agressiva das empresas aqui instaladas, principalmente no que concerne ao **marketing** do produto, estaria emperrando o crescimento das exportações. Como exemplo, cita-se a forma como são apresentadas as ceras concorrentes. Há maior preocupação quanto à aparência dessas mercadorias (embalagens) e existem equipes incumbidas de fazer um trabalho de convencimento da superioridade do produto à venda.

A cera de carnaúba precisa melhorar sua qualidade, para enfrentar, em igualdade de condições técnicas, a concorrência estrangeira (a sintética não tem nenhuma impureza) e aumentar sua participação no mercado mundial (cerca de 1% atualmente). O problema mais grave, no entanto, diz respeito ao preço relativo do produto brasileiro, considerado alto, inibidor de maiores compras.

Internamente, a cera de carnaúba leva certa vantagem sobre os concorrentes importados, como a cera **montana** e o polietileno oxidado, devido à taxação alfandegária. O seu preço, porém, é maior do que o da parafina e o da cera microcristalina, derivados do petróleo produzidos no Brasil. As qualidades da cera de carnaúba garantem o seu consumo dentro da restrita necessidade técnica. Em compensação, menores preços não garantiriam maior consumo (pelo menos no caso de polimento de assoalho) em decorrência da mesma necessidade técnica, ou seja, se a cera de carnaúba tem vantagens que garantem o seu consumo mínimo, tem também, inconvenientes, que limitam a demanda. As fábricas costumam misturá-la com outros insumos, como a parafina, por exemplo, para compensar as suas falhas. Em conseqüência, o percentual de cera de carnaúba utilizado não poderá aumentar muito, em função de variações de preços, sugerindo certa inelasticidade da demanda, no mercado atual.

Dada a importância do mercado externo, faz-se necessária a observação das cotações internacionais nos últimos anos, para a melhor compreensão de algumas políticas internas.

Em 1974 e 1975, os preços da cera de carnaúba no exterior experimentaram súbita elevação, não só em decorrência da crise do petróleo, que elevou os preços dos sucedâneos daquela cera, como por força de problemas ocorridos em importante indústria estrangeira concorrente. A maior demanda elevou o preço da cera **tipo 4**, de US$ 0,60/libra-peso para US$ 2/libra-peso em trinta dias, declinando, em seguida, para US$ 0,70/libra-peso, preço considerado adequado pelos exportadores. A partir de então, observou-se um desestímulo dos compradores e as cotações continuaram em declínio, com pequenas variações, durante dez anos, até chegar a US$ 0,25/libra-peso em fevereiro de 1984.

Nesta época, em atendimento a apelos por melhores preços, nos planos externo e interno, a **CFP** decidiu aplicar a desvalorização cambial em suas vendas às indústrias. A medida foi tomada na entressafra, quando a **Companhia** era a única supridora do mercado interno. Esperava-se, com isto, que tais aumentos fossem repassados ao exterior, neutralizando as pressões dos importadores, que ofereciam preços mais baixos à cada desvalorização do cruzeiro. Como conseqüência, os preços no mercado externo subiram de US$ 0,25/libra-peso para US$ 0,35/libra-peso em vinte e quatro horas e se estabilizaram, depois, em US$ 0,40/libra-peso.

Por outro lado, porém, a partir de outubro de 1984, o governo começou a retirar gradativamente, até abril de 1985, o subsídio dado às exportações de cera (crédito-prêmio de 11% do **IPI**). Além disso, os insumos importados (papel de filtro, terras clarificantes, etc) vinham pesando cada vez mais nos custos de produção da cera industrial. Para compensar essas perdas, a **Cacex** decidiu elevar o preço mínimo de exportação em US$ 0,02/libra-peso, cada mês. A cotação da cera **tipo 4**, que estava em US$ 0,40/libra-peso, foi subindo até o patamar de US$ 0,54/libra-peso no mês de junho deste ano.

Os exportadores e o governo perceberam, então, já ter sido atingido o limite máximo de preço para o **tipo 4**, que tem qualidade inferior aos dos demais tipos exportados, e já havia mesmo alguns casos de **câmbio português** nas exportações. Para as outras ceras, concluiu-se que haveria ainda condições de se adotar uma política de crescimento de preços ao longo do segundo semestre de 1985.

O Quadro 05 mostra os preços mínimos de exportação da **Cacex**, previamente estabelecidos para os diversos tipos até dezembro e contemplando os referidos aumentos. Note-se que, quanto melhor a qualidade da cera, mais reajustes de preços lhe são concedidos.

QUADRO 05 – BRASIL – PREÇO MÍNIMO DE EXPORTAÇÃO DA CERA DE CARNAÚBA – 2º SEMESTRE DE 1985 – US$/libra-peso

TIPO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1	0,90	0,92	0,94	0,96	0,98	1,00
3	0,67	0,68	0,69	0,70	0,70	0,70
4-Filtrada	0,61	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
4-Centrifugada	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55

FONTE – Cacex.

A constatação de que as melhores ceras conseguem maiores preços e penetram com mais facilidade no mercado externo levou o governo a tomar algumas medidas concernentes à exportação. De imediato, foram suprimidas as vendas da cera **tipo 2**, uma vez que esta pode ser melhorada e transformada em **tipo 1**, de maior valor.

O objetivo dos exportadores, que contam com o apoio da **Cacex** é oferecer apenas as ceras melhores, retirando do mercado as de mais baixo padrão. A cera **tipo 3** deverá ser melhorada para ocupar o lugar da **tipo 2**. A cera **tipo 4 centrifugada** também não será mais exportada a partir do próximo ano, quando a **tipo 4 refinada ou filtrada** será comercializada.

Internamente, o mercado está sendo considerado desfavorável, pois os preços que os produtores vêm recebendo nas vendas do pó cerífero e da cera, muitas vezes, não cobrem os custos de produção. Os gastos com mão-de-obra nas fases de corte e secagem das folhas constituem a essência das despesas com os fatores de produção, já que não há praticamente substituto para o trabalho humano em tais serviços.

Em 1971, após ausência de quase dez anos, a **CFP** havia decidido proteger o produtor rural com as políticas de financiamento e aquisição da cera, reincluindo o produto na pauta de preços mínimos. No caso do pó cerífero, somente a partir de 1975 o governo resolveu conceder o mesmo amparo. O interesse da **CFP** era o de tentar manter o estímulo da extração da cera, pois os baixos preços recebidos pelos agricultores punham em risco a própria existência do carnaubal.

Em 1979, a **CFP** viu-se com um estoque de 25 mil t de cera (somando-se pó e cera) equivalente a duas safras anuais. Em 1983, o governo iniciou as vendas do produto estocado e não mais incentivou novas compras.

As chuvas que ocorreram entre novembro de 1984 e fevereiro deste ano, ocasionando enchentes em diversas regiões do Nordeste, prejudicaram enormemente o corte da folha e acarretaram uma menor produção de pó e cera, mas permitiram que a **CFP** se desvencilhasse de parte dos estoques, suprindo as indústrias do ramo.

Calcula-se uma queda de 40% na produção de 1985, em comparação com a do ano anterior, que já havia sido prejudicada pela longa seca dos anos precedentes.

Para a safra 1984/85, a **CFP** decidiu não mais comprar o pó cerífero (suspensão do **AGF**), permanecendo, entretanto, as operações de **EGF**. O produtor poderia, ainda assim, beneficiar o pó e fazer o **AGF** da cera, uma vez que esta continuou a ser adquirida pelo governo. Alegou-se que se conseguiria, desta forma, gerar mais empregos nas regiões mais carentes. O que se visava, na realidade, era evitar qualquer nova compra de ambos os produtos, uma vez que, com o passar dos anos, toda a maquinaria rudimentar usada no interior já havia sido praticamente desativada e só se produzia o pó.

Deve-se considerar, também, que os preços mínimos não estão despertando o interesse dos produtores (os reajustes não têm acompanhado a inflação), afastando a **CFP** do mercado comprador (ver Quadro 06 e 07).

Os estoques governamentais tendem a permanecer altos por muitos anos, constituindo um fator impeditivo do crescimento dos preços de mercado.

Embora não haja dados precisos sobre o consumo interno de cera, as

QUADRO 06 – BRASIL – CERA DE CARNAÚBA – PREÇO MÍNIMO DO PÓ CERÍFERO[1] SAFRA 1984/85 – Cr$/kg

PERCENTUAL DE CERA	TIPO A De 1º/05/85 a 31/07/85	TIPO B De 1º/05/85 a 31/07/85
50-54	–	991
55-59	–	1.241
60-64	–	1.257
65-69	–	1.390
70-74	2.665	1.520
75-79[2]	2.874	1.652
80-84	3.087	–
85-89[3]	3.926	–

FONTE – CFP.

[1] Classificação de acordo com a Portaria nº 240, de 02/05/75, do Ministério da Agricultura;

[2] o produto do tipo "B" que possuir percentual de cera superior a 79% receberá o preço de Cr$ 1.652 e o código de classificação "BO", seguido do número indicativo do percentual de cera;

[3] o produto do tipo "A" que possuir percentual de cera superior a 89% receberá o preço de Cr$ 3.296 e código de classificação "AO", seguido do número indicativo do percentual de cera.

estimativas situam-no em torno de 3,5 mil t/ano, podendo talvez atingir cera de 4 mil t/ano, de uma produção anual entre 12 mil t e 13 mil t. A partir desses números, pode-se antever um déficit no consumo total, a ser coberto pela **CFP**, de aproximadamente 1.250 t anuais. Neste ritmo, serão necessários mais ou menos quinze anos para o governo liquidar seus estoques, ainda na hipótese de não adquirir mais um só quilo de cera.

As reivindicações de melhores preços não partem, no momento, somente dos produtores. Os exportadores têm atribuído aos baixos preços governamentais uma das causas de suas dificuldades na defesa dos preços externos. A **CFP** estabelece os preços mínimos em agosto e concede reajustes nos meses de novembro, fevereiro e maio, de acordo com a evolução das **ORTN's**. Enquanto os exportadores se beneficiam das desvalorizações cambiais diariamente, os produtores vêem os preços mínimos reais declinarem durante os meses em que ocorrem reajustes. Este duplo ganho dos exportadores acaba sendo repassado aos importadores, que dominam o mercado e impõem preços mais baixos em dólares, pois sabem que os exportadores já estão sendo compensados internamente. Para as pequenas firmas, que já trabalham com margem reduzidas de lucro, o rebaixamento dos preços internacionais pode significar o fim de suas atividades.

Em princípio, os preços mínimos de exportação da **Cacex** já cumpriram a missão de sustentação dos preços externos, mas a prática do **câmbio português** acaba ocorrendo em algumas situações, tornando inútil, parcialmente, aquele instrumento. De acordo com os exportadores o aumento do preço da cera no interior, via correções mensais dos preços mínimos da **CFP**, poderia ser totalmente repassado aos importadores, diminuindo a sua margem de manobra, uma vez que a elevação do custo da matéria-prima estabeleceria o piso dos preços internos e externos.

QUADRO 07 – BRASIL – CERA DE CARNAÚBA – PREÇO MÍNIMO DA CERA DE ORIGEM[1] – MAIO A JULHO DE 1985

TIPO	TEOR DE UMIDADE (%)	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO	Cr$/kg DE 19/05/85 a 31/07/85
1 (flor)	02	C 100	4.047
2 (mediana)	02	C 200	3.944
3 (gorda clara)	02	C 300	3.359
4 (gorda escura)	02	C 400	2.834[2]
5 (arenosa)	03	C 503	2.693
	04	C 504	2.665
	05	C 505	2.607
	06	C 506	2.522
	07-12	C 507	
		C 508	
		C 509	2.214
		C 510	
		C 511	
		C 512	

FONTE – CFP.
[1] Classificação de acordo com a Resolução Concex nº 57, de 09/03/70;
[2] Preço Mínimo Básico e Preço Mínimo da Cera de Borra do Tipo 4.

A comercialização da cera enfrenta, atualmente, alguns impasses. As grandes indústrias brasileiras e estrangeiras que a utilizam consideram seu preço comparativamente elevado, em relação a alguns substitutos. Os produtores da **cera de origem** e do **pó cerífero**, por sua vez, consideram baixos os preços que recebem, o que estaria impedindo a melhor remuneração do trabalhador rural e, por tanto, desestimulando o corte das folhas. A **CFP**, que antes incentivava a atividade através da compra do pó e da cera, praticamente retirou-se do mercado, sem prazo para retorno.

As perspectivas, a curto prazo, são de estabilidade tanto na produção como no consumo industrial. Isto porque, no interior nordestino, o corte da folha ocorre quando a mão-de-obra já está liberada do trabalho nas demais lavouras e passa a ser praticamente a única alternativa da renda do produtor, com as vantagens das atividades extrativas: ausência dos custos de plantio e tratos culturais. Por este motivo, a baixa remuneração do produtor rural ainda não constitui motivo suficiente para o abandono total do empreendimento.

A indústria, por sua vez, não pode prescindir da matéria-prima, mas sua demanda não constitui, por si só, um estímulo à dinamização da atividade. Com efeito, somente a descoberta de novas utilizações da cera ou a de avanços tecnológicos, que a tornem um insumo mais atraente do que as demais, poderiam aumentar a demanda industrial, com reflexos positivos sobre os preços, reativando todas as etapas de comercialização, sem a necessidade da interferência do governo no mercado.

(Fernando da Silva Santiago, economista do Centro de Estudos Agrícolas – IBRE/FGV)

CEBOLA

O pleno abastecimento do mercado depende do bom andamento de várias safras regionais. Este ano, a forte quebra da produção nordestina causou acentuado aumento dos preços. Apenas nas últimas semanas, a alta foi contida, com o ingresso da safra de São Paulo. Até o início do ano, espera-se que a escassez ceda lugar a um excesso de oferta.

Prosseguindo a tendência altista iniciada em fins de 1984, os preços da cebola registraram elevações ainda mais acentuadas, a partir de maio passado. O Quadro 08 apresenta a evolução do mercado no estado de São Paulo, principal produtor e consumidor no país. Notadamente em julho e agosto, a escassez de oferta nos principais mercados atacadistas atingiu seu ponto crítico e as cotações dispararam (ver Quadros 09, 10 e 11), chegando até mesmo a desestimular o consumo, já que não se trata de alimento básico. A partir de fins de agosto, à medida que se intensificava a colheita e ingressava no mercado o produto dos municípios paulistas de Monte Alto, São José do Rio Pardo e Mirandópolis, os preços começavam a mostrar sinais de arrefecimento. No entanto, apenas em meados de outubro, o abastecimento voltou a se normalizar e as cotações apresentaram considerável redução.

Nos primeiros meses do ano, devido ao atraso na colheita da safra sulina, que geralmente abastece o mercado no período de dezembro a maio, a demanda ainda estava sendo atendida com a colheita do município de Piedade (SP). Nesta ocasião, os produtores paulistas eram praticamente os únicos ofertantes.

Também durante a comercialização da cebola do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, depois de fevereiro, como a liberação dos estoques foi-se processando de forma gradativa, os preços continuaram firmes. Nesses estados, embora o excesso de chuvas no ano passado tenha prejudicado o plantio, obteve-se produção da ordem de 173 mil t no Rio Grande do Sul e de 148 mil t em Santa Catarina, respectivamente 11% e 33% acima dos resultados de 1984, segundo dados do **IBGE**.

Em maio, além de ainda existirem estoques no Sul do país (sua boa qualidade propiciou o prolongamen-

QUADRO 08 – CEBOLA – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS REAIS[1] NO NÍVEL DO PRODUTOR E NOS MERCADOS ATACADISTA E VAREJISTA – 1984 – 85 (Cr$/kg)

	PRODUTOR			ATACADISTA			VAREJISTA		
MÊS	1984	1985	Δ% 1984/85	1984	1985	Δ% 1984/85	1984	1985	Δ% 1984/85
Jan	1.093	1.287	17,7	1.331	1.714	28,8	2.632	2.805	6,6
Fev	1.383	1.479	6,9	1.639	1.585	–3,3	2.481	2.727	9,9
Mar	1.715	1.319	–23,1	3.194	1.364	–57,3	5.320	2.584	–51,4
Abr	3.159	1.232	–61,0	4.145	1.319	–68,2	6.577	2.432	–63,0
Mai	3.164	1.631	–48,5	3.998	1.887	–52,8	6.808	3.267	–52,0
Jun	2.338	2.118	–9,4	2.225	3.994	79,5	5.117	5.688	11,2
Jul	979	8.140	731,5	1.086	8.377	671,4	2.491	13.842	455,7
Ago	892	7.505	741,4	1.144	7.236	532,5	2.159	12.962	500,4
Set	852	5.496	545,1	933	5.512	490,8	1.989	10.129	409,3
Out	774			802			1.646		
Nov	718			1.087			1.595		
Dez	978			1.338			2.161		
MÉDIA	1.504			1.910			3.415		

FONTE – FGV/IBRE/CEA, Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – GAA/Cobal – Ministério da Agricultura e IEA/SP.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1985.

QUADRO 09 – CEBOLA – MERCADOS ATACADISTAS DE RECIFE E SALVADOR – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS REAIS[1] – 1984-85

	CEASA/PE – RECIFE						CEASA/BA – SALVADOR					
	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)			PREÇO MÉDIO MENSAL REAL (Cr$/t)			QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)			PREÇO MÉDIO MENSAL REAL (Cr$/t)		
MÊS	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85
Jan	1.149	1.252	9,0	1.593.723	2.453.139	53,9	648	755	16,5	1.468.129	2.386.045	62,5
Fev	1.145	1.640	43,2	2.667.462	2.093.630	–21,5	711	599	–15,8	2.292.777	2.068.887	–9,8
Mar	1.021	1.273	24,7	4.231.500	2.009.553	–52,5	626	626	–	4.118.321	1.759.625	–57,3
Abr	784	1.576	101,0	4.764.680	2.126.250	–55,4	501	737	47,1	5.370.105	1.663.200	–69,0
Mai	837	1.100	31,4	4.043.875	2.849.535	–29,5	632	641	1,4	4.378.898	1.819.319	–58,5
Jun	1.048	876	–16,4	2.177.350	4.065.000	86,7	598	528	–11,7	2.253.993	3.279.100	45,5
Jul	1.364	874	–35,9	986.850	9.952.800	908,5	908	533	–41,3	1.022.258	7.697.247	653,0
Ago	1.230	652	–47,0	999.124	9.145.094	815,3	900	477	–47,0	976.858	9.436.471	866,0
Set	943	754	–20,0	774.960	6.500.000	738,8	706	857	21,4	642.829	6.550.000	918,9
Out	1.342			717.050			814			664.189		
Nov	1.262			1.435.720			675			1.204.047		
Dez	1.193			1.747.658			698			1.546.654		
MÉDIA	1.110			2.178.329			701			2.161.588		

FONTE – Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – GAA/Cobal–Ministério da Agricultura.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1985.

to do tempo de armazenagem) à espera de melhores condições de comercialização, começaram a entrar no mercado as primeiras partidas da colheita de bulbinho do município paulista de Piedade, enquanto se aguardava a safra do Vale do São Francisco. Como a região Nordeste foi assolada por enchentes em março e abril, que reduziram a produção, em torno de 72%, tanto em Pernambuco como na Bahia, os produtores paulistas ficaram, a partir de junho, outra vez sem concorrentes no mercado e, por esse motivo, os preços aumentaram mais ainda.

O pleno abastecimento depende do bom andamento de várias safras, provenientes de diferentes regiões produtoras (ver **Agroanalysis** vol. 8, nº 11) e, quando ocorre quebra de uma delas, a exemplo do que aconteceu este ano no Nordeste, há uma imediata reação dos preços. No ano passado, ao contrário, a coincidência das safras nordestina e paulista gerou excesso de oferta e conseqüen-



QUADRO 10 – CEBOLA – MERCADOS ATACADISTAS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS REAIS[1] – 1984-85

	CEAGESP/ET – SÃO PAULO						CEASA/RJ – RIO DE JANEIRO					
	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)			PREÇO MÉDIO MENSAL REAL (Cr$/t)			QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)			PREÇO MÉDIO MENSAL REAL (Cr$/t)		
MÊS	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85
Jan	5.246	5.721	9,1	1.330.662	1.713.970	28,8	4.089	4.598	12,4	1.256.288	1.911.960	52,2
Fev	4.474	5.139	14,9	1.639.310	1.584.672	–3,3	4.423	3.637	–17,8	1.442.104	1.164.458	–19,3
Mar	4.909	5.478	11,6	3.194.151	1.364.402	–57,3	3.683	3.763	2,2	3.191.905	1.001.990	–68,6
Abr	3.783	6.498	71,8	4.145.163	1.318.511	–68,2	3.271	4.716	44,2	4.054.639	1.284.082	–68,3
Mai	3.986	6.957	74,5	3.998.303	1.887.408	–52,8	3.673	3.987	8,5	4.461.726	1.990.861	–55,4
Jun	5.261	4.695	–10,8	2.224.816	3.993.834	79,5	4.556	3.159	–30,7	2.579.942	3.882.238	50,5
Jul	5.989	3.689	–38,4	1.085.709	8.377.334	671,6	5.821	3.331	–42,8	932.218	8.425.282	803,8
Ago	5.602	4.048	–27,7	1.143.893	7.236.083	532,6	4.853	2.869	–40,9	1.093.363	7.469.774	583,2
Set	5.593	4.367	–21,9	933.372	5.511.900	490,5	4.933	3.571	–27,6	901.698	5.405.560	499,5
Out	6.601			801.874			5.525			788.640		
Nov	6.329			1.086.579			5.027			1.036.146		
Dez	4.764			1.338.184			4.141			1.382.067		
MÉDIA	5.211			1.910.168			4.500			1.926.728		

FONTE – Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – GAA/Cobal–Ministério da Agricultura.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1985.

QUADRO 11 – CEBOLA – MERCADOS ATACADISTAS DE PORTO ALEGRE E CURITIBA – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS REAIS[1] – 1984-85

	CEASA/RS – PORTO ALEGRE						CEASA/PR – CURITIBA					
	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)			PREÇO MÉDIO MENSAL REAL (Cr$/t)			QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t)			PREÇO MÉDIO MENSAL REAL (Cr$/t)		
MÊS	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85	1984	1985	Δ % 1984/85
Jan	1.130	1.352	19,6	1.053.708	1.383.822	31,3	1.132	1.168	3,2	1.196.050	1.482.367	23,9
Fev	2.063	1.201	–41,8	1.031.129	1.332.310	29,2	1.462	975	–33,3	1.581.867	1.269.501	–19,7
Mar	1.504	1.333	–11,4	2.294.601	1.224.308	–46,6	1.246	937	–24,8	3.407.768	1.264.836	–62,9
Abr	870	1.150	32,2	3.107.400	1.072.575	–65,5	691	906	31,1	3.757.365	1.174.950	–68,7
Mai	774	1.024	32,3	3.362.886	1.627.888	–51,6	1.061	1.135	7,0	4.151.337	1.753.560	–57,8
Jun	1.497	978	–34,7	2.947.958	2.737.100	–7,2	1.860	887	–52,3	2.877.586	3.741.155	30,0
Jul	1.806	477	–73,6	1.615.000	6.352.375	293,3	2.298	486	–78,9	1.471.038	6.791.542	361,7
Ago	2.109	344	–83,7	1.345.499	6.973.407	418,3	2.330	687	–70,5	1.281.020	6.771.517	428,6
Set	2.142	707	–67,0	1.252.852	5.277.000	321,2	2.247	1.087	–51,6	1.252.852	5.548.000	342,8
Out	1.859			1.049.761			2.242			966.583		
Nov	1.693			1.109.420			1.442			1.070.264		
Dez	1.322			1.497.318			868			1.027.340		
MÉDIA	1.564			1.805.628			1.573			2.003.423		

FONTE – Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – GAA/Cobal–Ministério da Agricultura.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1985.



te depressão das cotações, o que acabou desestimulando o plantio, principalmente em São Paulo. As avaliações realizadas em setembro, pelo **IBGE**, indicam que a produção paulista deverá reduzir-se 14%, em virtude do decréscimo de 13% na área plantada.

Para atenuar os problemas de abastecimento gerados pela quebra da safra básica do Nordeste, alguns produtores, contando basicamente com recursos próprios, já que os bancos oficiais não liberaram novos financiamentos, promoveram o replantio de cerca de 970 ha em Pernambuco e 770 ha na Bahia, originando a safra temporã. De acordo com as **Cepa's**, a produção pernambucana oriunda desta nova safra deverá atingir 12.610 t, a serem obtidas principalmente em outubro e novembro (aproximadamente 75% do total), enquanto a da Bahia será da ordem de 11.385 t, das quais 29% serão colhidas ainda em setembro e 35% em outubro.

Quando se deu a alta exagerada de preços em julho e agosto, o governo pensou em importar o produto, mas essa medida não se efetivou, já que as aquisições só chegariam no mercado em plena comercialização da safra dos municípios paulistas de Monte Alto e São José do Rio Pardo. Note-se que, embora não se tenha mais importado cebola fresca ou refrigerada desde 1979, este ano entrou no país cebola contrabandeada da Argentina, através da cidade de Uruguaiana (RS).

A diferença entre os preços internos e os praticados na Argentina incentivou esta prática e o produto clandestino, juntamente com a cebola paulista, acabou reforçando a oferta, sobretudo dos estados do Sul do país.

Em setembro, a crise de abastecimento foi superada. O aumento das remessas de produto dos municípios de Monte Alto e São José do Rio Pardo[1] e, posteriormente, de Mirandópolis, conseguiu conter a alta dos preços, apesar de a oferta não ter sido regularizada.

Atualmente, a oferta vem aumentando substancialmente com a entrada no circuito comercial da produção da microrregião de Paranapiacaba (onde se destaca o município de Piedade), que deverá ser bastante expressiva, aliada às novas semeaduras da região do Vale do São Francisco e à colheita da safra 1985/86 do Paraná. Além disso, em fins de novembro deverá ter início a comercialização do produto sulino[2] também da safra vindoura, que poderá vir a coincidir, notadamente em janeiro, com o ingresso do restante da cebola paulista no mercado, gerando excesso de oferta.

(1) Para garantir bons lucros, alguns produtores chegaram a antecipar a colheita, retirando bulbos antes do período de maturação.

(2) Nos estados do Sul, apesar da estiagem que atingiu Santa Catarina no período de maio a agosto e o Rio Grande do Sul em maio e junho, as condições climáticas vigentes a partir de setembro favoreceram a conclusão do transplante das mudas e a lavoura vem apresentando bom desenvolvimento vegetativo.

(Janet Fajardo Zaidhaft, economista do Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV)

DISPONIBILIDADE INTERNA...

QUADRO 12 – DISPONIBILIDADE INTERNA PARA CONSUMO HUMANO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM VEGETAL
(em kg/hab)

GÊNEROS	MÉDIAS TRIENAIS (kg/hab)								
	1973–75	1974–76	1975–77	1976–78	1977–79	1978–80	1979–81	1980–82	1981–83
Abacate	1,579	1,595	1,575	1,473	1,411	1,358	1,349	1,347	1,341
Abacaxi	3,525	3,523	3,581	3,585	3,583	3,470	3,442	3,553	3,996
Alho	0,423	0,397	0,401	0,432	0,467	0,486	0,492	0,513	0,502
Amendoim, em casca	1,960	1,258	0,867	0,519	0,544	0,202	0,340	0,053	0,261
Arroz, em casca	51,899	56,600	59,493	55,872	53,019	56,194	57,322	57,852	52,388
Aveia, em grão	0,566	0,542	0,563	0,640	0,732	0,816	0,863	0,733	0,723
Azeitona	0,191	0,196	0,210	0,217	0,231	0,236	0,217	0,198	0,187
Banana	29,799	30,029	31,518	32,216	32,045	31,925	32,116	32,625	31,504
Batata-doce	8,148	7,237	6,258	5,024	4,082	3,483	3,231	3,054	2,921
Batata-inglesa	9,504	10,620	10,870	11,394	11,681	11,615	11,263	11,088	10,552
Cacau, em amêndoa	0,198	0,180	0,571	0,525	0,496	0,336	0,363	0,489	0,581
Café, em coco	5,921	4,222	1,308	1,990	9,003	7,528	10,415	6,242	8,431
Caju	2,074	2,376	2,604	3,198	3,073	2,983	2,634	2,984	2,498
Cana-de-açúcar	670,583	752,299	787,672	864,017	875,666	839,823	775,276	792,208	869,260
Cebola	2,635	2,886	3,130	3,490	4,019	4,397	4,843	4,680	4,632
Centeio, em grão	0,155	0,142	0,109	0,077	0,066	0,068	0,106	0,059	0,043
Cevada, em grão	0,399	0,479	0,638	0,971	1,111	1,268	1,390	1,503	1,783
Coco-da-baía	7,478	6,905	6,578	6,373	6,335	6,407	6,353	6,403	6,099
Feijão, em grão	13,617	12,512	12,544	12,177	12,432	11,349	11,311	12,202	11,113
Laranja	32,040	33,989	31,796	29,500	28,973	30,900	28,605	27,921	24,427
Maçã	1,454	1,799	1,844	1,967	1,940	1,753	1,574	1,551	1,554
Mandioca	99,025	95,501	95,512	92,536	89,604	84,606	81,497	78,641	74,972
Milho, em grão ("A") (1)	5,632	2,174	1,980	8,249	16,199	24,677	25,189	20,348	13,742
Milho, em grão ("B") (1)	5,598	2,149	1,967	4,438	7,997	12,101	13,926	13,527	10,768
Pimenta-do-reino, em grão	0,112	0,160	0,127	0,143	0,180	0,205	0,134	0,079	0,001
Soja, em grão ("A") (2)	31,963	35,513	39,257	41,483	47,659	54,370	54,960	57,628	49,234
Soja, em grão ("B") (2)	11,393	11,566	11,650	9,997	13,396	19,579	20,918	21,201	12,688
Tomate	7,829	8,574	8,625	9,400	9,753	9,907	9,580	9,930	9,803
Trigo, em grão	...	52.968	55,907	62,105	63,980	70,412	70,756	70,283	63,927
Uva	4,382	4,640	4,817	4,935	4,986	4,345	4,195	4,054	4,253

FONTE – FGV/IBRE/Centro de Estudos Agrícolas.
(1) – Na alternativa "B", adotou-se a hipótese de que a totalidade do milho em grão importado foi destinada ao consumo animal e as importações de farinha, sêmola e outros derivados à alimentação humana. (2) – Quanto à soja, a alternativa "A" considera a transformação do óleo em equivalente grão e a alternativa "B" considera a transformação do farelo.

Cresceu a disponibilidade interna, para consumo humano, da maior parte de 28 principais gêneros alimentícios de origem vegetal, calculada segundo médias trienais para o Brasil como um todo, no período de 1973 e 1983, sendo muito expressivos alguns aumentos, como os do cacau, café, cana-de-açúcar, cebola, cevada, milho, soja e trigo. Dentre os produtos mais importantes, apenas revelaram decréscimos o feijão, a laranja e a mandioca. Essas médias contrariam algumas suposições segundo as quais houve queda acentuada e crescente da disponibilidade **per capita**, de alimentos, no país.

As quantidades líquidas, a cada ano, são o resultado da soma da produção e importação e da diminuição da exportação e do consumo não humano, neste último considerados o consumo animal, as sementes e as perdas.

Detalhes sobre o assunto estão no trabalho *"Balanço e Disponibilidade Interna de Gêneros Alimentícios de Origem Vegetal"*, do Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 51/85**, de 17/10/85, do **IAA**, consolida as normas relativas ao subsídio de equalização de custos que incidem sobre a produção realizada diretamente da cana-de-açúcar na região Norte/Nordeste e no estado do Rio de Janeiro (**Diário Oficial da União**, de 25/10/85).

AGROTÓXICOS

A **Portaria nº 424**, de 07/11/85, do **Ministério da Agricultura**, altera o artigo 1º da **Portaria nº 329** (ver **Agroanalysis** vol. 9, nº 9, setembro de 1985) que proíbe a comercialização, o uso e a distribuição de agrotóxicos organoclorados, inserindo, entre as exceções já existentes, o seu uso no processo de industrialização da madeira (**Diário Oficial da União**, de 11/11/85).

CAFÉ

A **Resolução nº 73**, 14/10/85, do **IBC**, estabelece que os compradores serão responsáveis em assegurar que os cafés por eles adquiridos para países não membros sejam efetivamente importados pelos mesmos, devendo fornecer ao **IBC** a comprovação dessa importação.

Para registro de tais vendas aos países não membros, deverá ser anexado telex em que o comprador declare aceitar a inspeção e o acesso, por parte do **IBC** ou da **OIC**, ao café correspondente à compra e apresentar, 45 dias após o embarque, comprovação de que o café foi efetivamente internado no país de destino (**Diário Oficial da União**, de 25/10/85).

Posteriormente, a **Resolução nº 75**, de 22/10/85, do **IBC**, alterou o prazo acima, de 45 para 90 dias (**Diário Oficial da União**, de 31/10/85).

A **Resolução nº 77**, de 09/11/85, do **IBC**, fixa em zero por cento a alíquota do **Imposto de Exportação** incidente sobre as vendas externas de cafés solúveis **spray dried** e **freeze dried** registradas a partir de 11/11/85 e embarcadas entre 1º e 31 de janeiro de 1986.

A **Resolução nº 78**, de 09/11/85, do **IBC**, fixa os preços mínimos a vigorar para as exportações de café so-



lúvel realizadas entre 1º e 31/01/86 e que serão de US$ 2,45/libra-peso, nos casos do **spray dried** e **extrato líquido** e US$ 3,70/libra-peso, naquele do **freeze-dried.**

A Resolução nº 79, de 09/11/85, do **IBC**, estabelece que a retenção de café, para as vendas de café verde registradas para embarque entre 11/11/85 e 31/01/86, deverá ser feita na proporção de uma saca para cada saca exportada (**Diário Oficial da União**, de 13/11/85). Anteriormente a retenção era feita na proporção de duas para uma (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 8, agosto de 1985).

A Resolução nº 80, de 09/11/85, do **IBC**, fixa os preços mínimos para exportação de café verde em grão, ou torrado e moído, a vigorar entre 11/11 e 31/12/85. O preço dos cafés do **tipo 6 para melhor**, bebida isenta de gosto **Rio Zona** é de US$ 1,32/libra-peso, quando embarcados pelo porto de Santos, e de US$ 1,31/libra-peso, quando embarcados pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife; os cafés **tipo 7 para melhor**, bebida **Rio Zona**, embarcados pelos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife, terão preço mínimo de US$ 1,25/libra-peso e aqueles do **tipo 7/8 para melhor**, da variedade robusta **Conillon**, embarcados pelos mesmos portos, US$ 1,10/libra-peso (**Diário Oficial da União**, de 13/11/85).

COOPERATIVISMO

O Decreto nº 91.773, de 15/10/85, do **Poder Executivo**, cria **Comissão Especial** para analisar a situação do cooperativismo no Brasil, a fim de solucionar problemas e encaminhar medidas objetivando o fortalecimento sócio-econômico do cooperativismo e a identificação de responsabilidades pelas irregularidades que hajam sido cometidas nesta área. A **Comissão** terá prazo de sessenta dias para apresentar suas conclusões e será composta por um representante de cada um dos seguintes órgãos: **Secretaria Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Coordenadoria para Assuntos Econômicos** do mesmo ministério, **Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Ministério da Fazenda, Seplan** e **Banco do Brasil** (**Diário Oficial da União**, de 16/10/85).

CRÉDITO RURAL

A **Carta Circular nº 1.290**, de 14/10/85, do **Banco Central**, exclui das restrições do **Capítulo 18, seção 2**, do **Manual de Crédito Rural** "os créditos concedidos a cooperativas para adiantamento a cooperados por conta de produtos hortifrutigranjeiros, leite e derivados, lã, carne ovina e carne caprina não integrantes da **Pauta de Preços Mínimos**, entregues para venda em comum ..." (**Diário Oficial da União**, de 16/10/85).

O **Capítulo 18 do MCR** trata dos recursos que as **Instituições Financeiras** integrantes do **Sistema Nacional de Crédito Rural** devem aplicar obrigatoriamente em crédito rural e, em sua seção II, trata das aplicações que não podem ser incluídas no cálculo da exigibilidade, dentre as que se destacam financiamentos de bovinos, máquinas e veículos movidos a combustível importado, florestamento e reflorestamento e créditos de comercialização, exceto **EGF**.

LARANJA

O **Comunicado nº 146**, de 11/11/85, da **Cacex** informa que o remanescente das quotas de exportação de sucos de laranja e tangerina concentrados relativas ao segundo trimestre da safra 1985/86 terá como preço mínimo US$ 1.150/t, devendo ser embarcado até 31/12/85. (**Diário Oficial da União**, de 12/11/85).



LEITE

As **Portarias nº s 55 e 56,** de 17/10/85, da **Sunab**, fixam os preços mínimos de compra do leite ao produtor e os preços máximos para venda aos consumidores dos leites com 2% e 3,2% de gordura, respectivamente (**Diário Oficial da União**, de 18/10/85).

No estado do Rio de Janeiro, os preços fixados foram de Cr$ 1.355/litro para a compra ao produtor do **leite-quota** destinado ao consumo humano, Cr$ 1.289/litro para o **leite-quota** destinado à industrialização e Cr$ 929/litro **extra-quota**, representando em média um reajuste de 35% sobre os preços vigentes a partir de julho de 1985.

No nível do consumidor, o preço máximo de venda do litro de leite será de Cr$ 2.057 para o produto com 2% de gordura e Cr$ 2.138 para aquele com 3,2% de gordura, já incluindo o ICM.

A **Portaria nº 71**, de 25/10/85, da **Sunab** fixa os preços máximos de venda ao consumidor do leite esterilizado, envazado mecanicamente em embalagens invioláveis de material cartonado. Nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná o preço foi de Cr$ 4.190, já incluído o ICM (**Diário Oficial da União**, de 29/10/85).

MEIO AMBIENTE

A **Resolução nº 4**, de 18/09/85, do **Conselho Nacional do Meio Ambiente**, do **Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**, define conceitos relativos à caracterização das **Reservas Ecológicas**. Estas são formações florísticas e áreas de florestas de preservação permanente, incluindo pousos das aves de arribação e florestas e outras formas de vegetação permanente. A **Resolução** afirma, ainda, que os estados e municípios terão competência para estabelecer normas e procedimentos mais restritivos do que os contidos na **Resolução**, conforme peculiaridades regionais e locais (**Diário Oficial da União**, de 15/19/85).

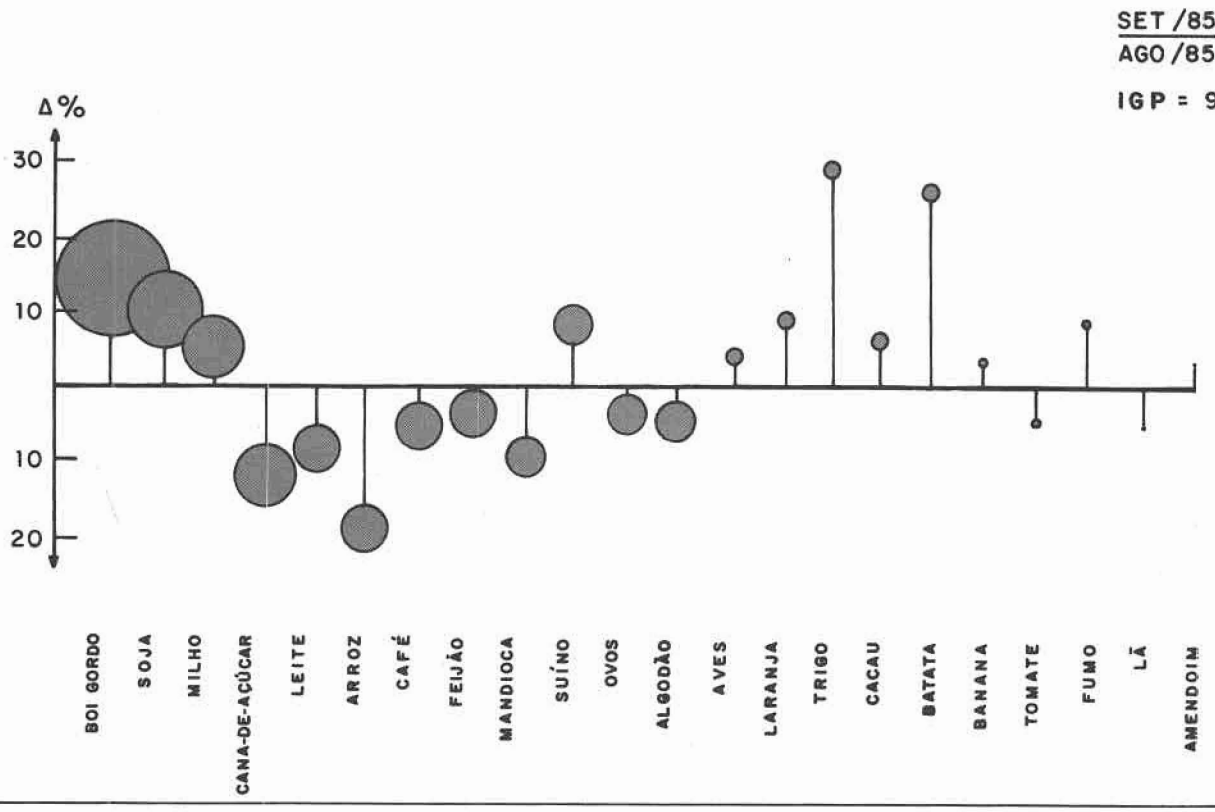
O **Decreto nº 91.884**, de 05/11/85, do **Poder Executivo**, declara **Área de Relevante Interesse Ecológico** extensão de cerca de 3.288 ha integrante do **Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais**, situada no município de **Manaus**, Amazonas.

Também a **Mata de Santa Genebra**, no estado de São Paulo, a área de **Javari-Buriti** (AM), as ilhas de **Queimada Pequena** e **Queimada Grande** (SP) e as ilhas de Pinheiro e Pinheirinho (PR) e **Ameixal** (Rio Una, SP), bem como os manguezais da **Foz do Rio Mamanguape (PB)**, foram declarados **Áreas de Relevante Interesse Ecológico**, através dos **Decretos nºs 91.885, 91.886, 91.887, 91.888, 91.889** e **91.990** (**Diário Oficial da União**, de 06/11/85).

O **Decreto nº 91.892**, de 06/11/85, acrescenta áreas aos limites da **Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguapé**, criada em outubro de 1984 (**Diário Oficial da União**, de 08/11/85).

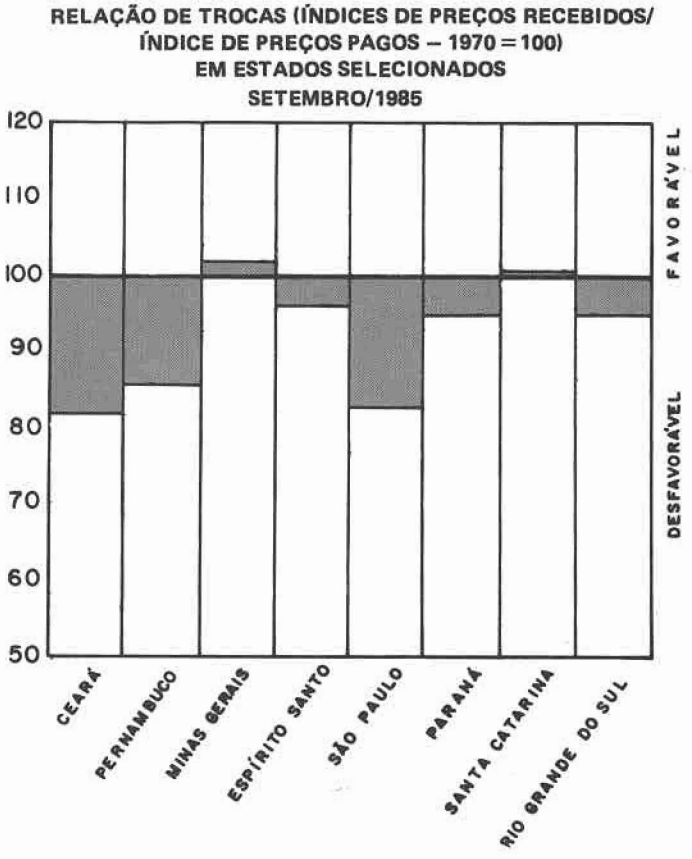


PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.



Entre janeiro e setembro deste ano, os preços recebidos pelos agricultores apresentaram alta de 131%. Nas lavouras, a elevação foi de 126% e na produção animal, de 139% (ver Quadro 13). Em igual período de 1984, o aumento geral foi de 117%, com os produtos vegetais subindo 105% e os produtos animais, 143%. Para o Setor Agrícola como um todo, portanto, acelerou-se o ritmo de crescimento dos preços. Em contrapartida, também houve acentuada elevação dos custos de produção. Na verdade, os preços recebidos pelos produtores rurais continuaram evoluindo menos do que os principais indicadores de preços da economia. Nos primeiros nove meses de 1985, o **IGP-DI** cresceu 136%, o **INPC**, 138% e as **ORTN's** foram reajustadas em 142%. Por outro lado, no mercado atacadista, os preços dos produtos de origem agrícola subiram 155%. Ampliaram-se, pois, as margens de comercialização.

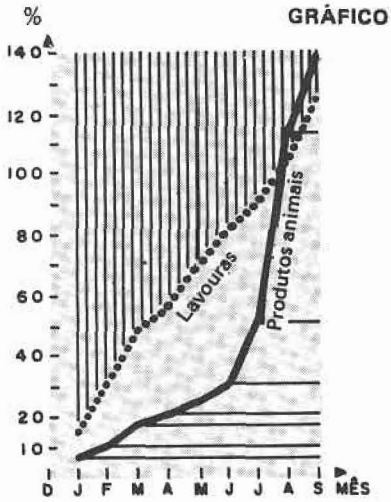
QUADRO 13 – BRASIL – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES, SEGUNDO OS PRODUTOS JANEIRO–SETEMBRO/1985

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO %
Lavouras	**126**
Algodão em caroço	132
Amendoim em casca	77
Arroz em casca	152
Banana	119
Batata-inglesa	486
Cacau	150
Café em coco	145
Cana-de-açúcar	114
Cebola	1.206
Feijão	115
Fumo em folha	302
Laranja	67
Mandioca	66
Milho	95
Soja	93
Tomate	189
Trigo	170
Produtos animais	**139**
Boi gordo para corte	137
Suíno para corte	144
Frango de corte	162
Leite	150
Lã	59
Ovos	114
Mel de abelhas	116
Agropecuária	**131**

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

BRASIL – EVOLUÇÃO MENSAL DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES – LAVOURAS E PRODUTOS ANIMAIS JANEIRO A SETEMBRO/85

GRÁFICO 06



FONTE – FGV/IBRE/CEA.

O Gráfico 06 mostra a ascensão dos preços recebidos pelos agricultores, segundo os produtos de lavouras e os de origem animal. As cotações médias destes últimos cresceram apenas 29% até junho e, a partir daí, dispararam, impulsionadas particularmente pelas majorações do boi gordo. Nas lavouras, sobressaíram as altas da cebola (1.206%), batatinha (486%) e fumo (302%). Outros aumentos também foram importantes, como os do arroz, cacau, café, tomate e trigo. Quanto aos produtos animais, o maior acréscimo foi o do frango (162%), seguindo-se-lhe o do leite (150%).

Nos estados, a evolução dos preços apresentou as costumeiras divergências estruturais e as desigualdades do processo produtivo, incluindo comercialização, época de colheita e comportamento climático. De qualquer forma, aumentaram os preços em geral, sobretudo na região Nordeste (ver Quadro 14). O Maranhão destacou-se, com a elevação extrema de 217%, percentual que refletiu, em grande parte, a alta das cotações do arroz, lavoura bastante afetada pelas enchentes do primeiro semestre. Muito também evoluíram os preços no Acre, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Goiás.

Os preços de vários dos principais insumos utilizados pelos agricultores acusaram substanciais acréscimos, que repercutiram negativamente sobre as relações de trocas. Entre janeiro e setembro, o preço do sal grosso para alimentação animal subiu 284% em São Paulo, 244% no Paraná e 213% no Rio Grande do Sul. O farelo de trigo ficou 295% mais caro para os paulistas; a penicilina, 239% e o latão de leite, 207%. A sacaria apresentou incrementos de 189% e 299%, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, respectivamente. O preço da laranja subiu entre 300% e 400%, nos referidos estados e o super-fosfato simples, cerca de 145%, em média. Em São Paulo, destacaram-se ainda os aumentos do **Folidol** (149%), **Manzate** (156%) e sulfato de cobre (175%).

QUADRO 14 – VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES, SEGUNDO OS ESTADOS JANEIRO–SETEMBRO/1985

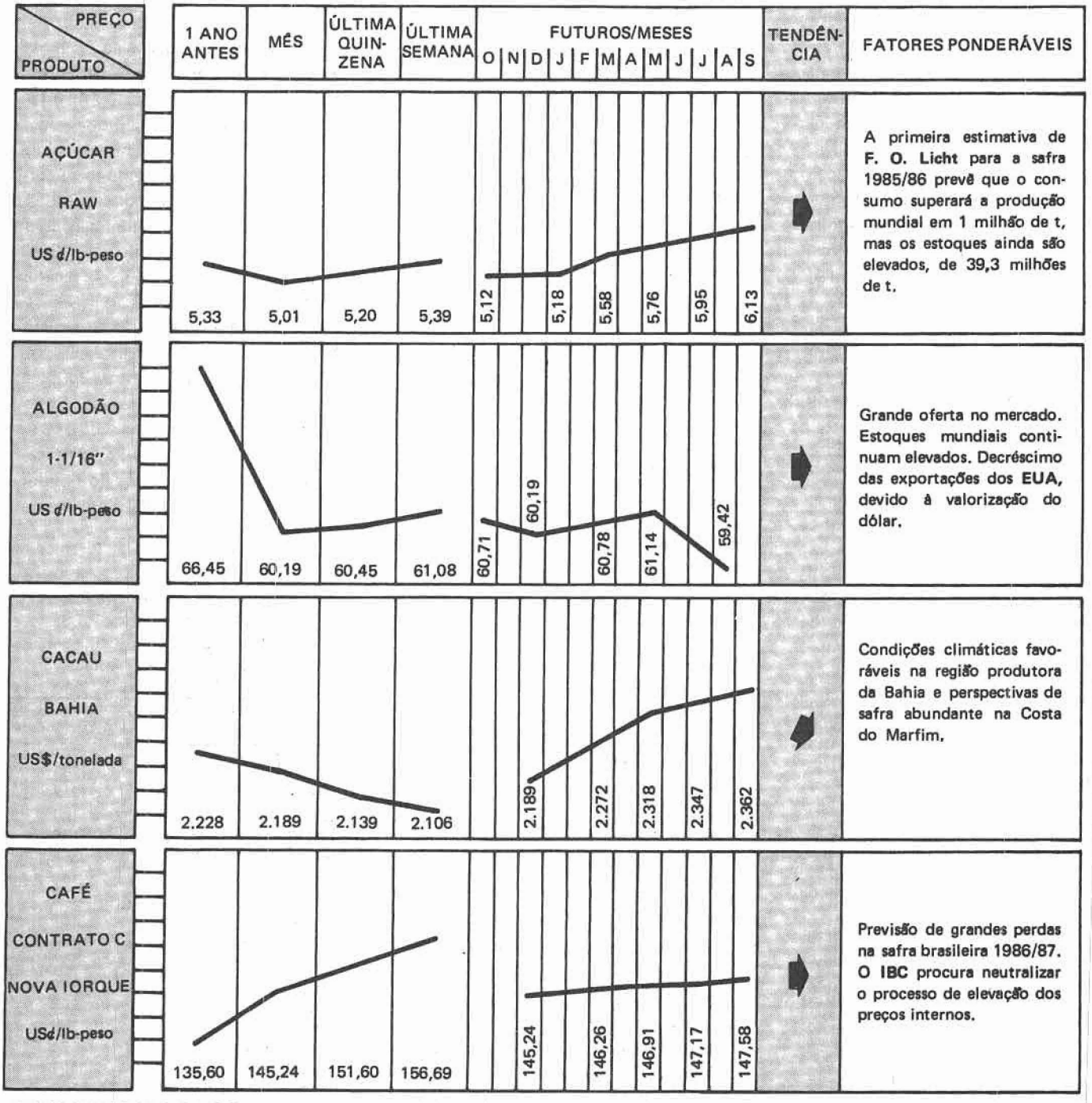
ESTADO	VARIAÇÃO %
Acre	189
Maranhão	217
Ceará	160
Rio Grande do Norte	145
Paraíba	154
Pernambuco	133
Sergipe	142
Bahia	131
Minas Gerais	132
Espírito Santo	120
Rio de Janeiro	124
São Paulo	128
Paraná	129
Santa Catarina	123
Rio Grande do Sul	127
Mato Grosso do Sul	130
Mato Grosso	126
Goiás	142

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de outubro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de outubro*
3 – Preço médio na última quinzena de outubro*
4 – Preço médio na última semana de outubro*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	278,23	227,79	223,77	225,65			227,79			235,21		241,12		243,18		232,17		Mercado internacional bem abastecido.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	613,35	504,85	504,20	503,43		504,85		517,59		53[illegible]78		540,93		548,03	547,37	536 <540		Atraso na colheita dos EUA e aumento das suas exportações.
SOJA FARELO US$/tonelada	153,92	141,32	143,72	143,41	138,81		141,32	142,44		144,25		145,66		147,38	146,75	146,33		Aumento da demanda européia, com o enfraquecimento do dólar frente às moedas do continente.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	353,48	308,68	317,63	319,20			308,68			314,99		306 <308		286,67		289,46		Reduções nas safras da CEE, Canadá, Argentina e Austrália.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA

1 – Preço médio de outubro de 1984, corrigido pelo IGP, para outubro de 1985
2 – Preço médio no mês de outubro
3 – Preço médio na última quinzena de outubro
4 – Preço médio na última semana de outubro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	172.122	164.770	159.560	159.420	↓	Continuação dos leilões da CFP e entrada da safra do Nordeste. Plantio intensificado no Paraná e em São Paulo.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	166.031	174.783	181.000	182.000	↓	A grande pressão das liquidações de EGF's no Rio Grande do Sul tornou mais elevados os preços do arroz de sequeiro, mas a entrada do arroz importado e a expectativa das vendas do estoque governamental influenciarão o mercado.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	850.387	1.101.065	1.254.850	1.363.400	↓	Determinação, pelo IBC, de medidas visando a baixar os preços, para reativar as exportações. Expectativa de que a próxima safra será reduzida.
BOI GORDO Cr$/arroba	172.150	171.304	186.000	196.000	↓	Recuperação das pastagens dá-se de forma lenta pela irregularidade das chuvas. Atraso na chegada e distribuição da carne importada.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatō com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	230.481	251.630	276.500	290.500	↑	A volta das chuvas em São Paulo e o ingresso de maior quantidade do produto novo deverão arrefecer a alta dos preços. Há, porém, a certeza dos danos da estiagem.
FRANGO Vivo Cr$/kg	4.770	4.275	4.465	4.950	↑	Mercado aquecido devido à alta no preço do milho e à maior demanda no fim do ano.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	54.553	51.887	59.200	62.400	↑	Venda futura do milho importado interrompe alta especulativa das cotações, mas a demanda é firme, por parte da avicultura e suinocultura.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	104.000	87.978	92.750	95.000	↑	Reduzida disponibilidade do produto ultimamente e alta dos preços no exterior.

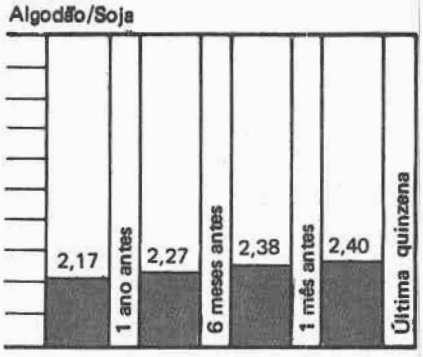
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

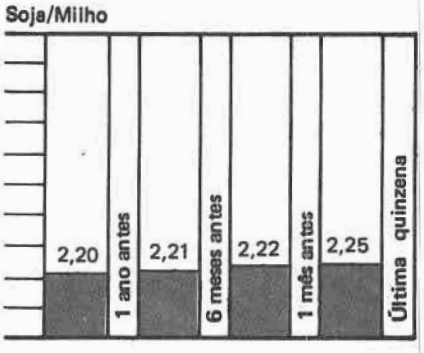
PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

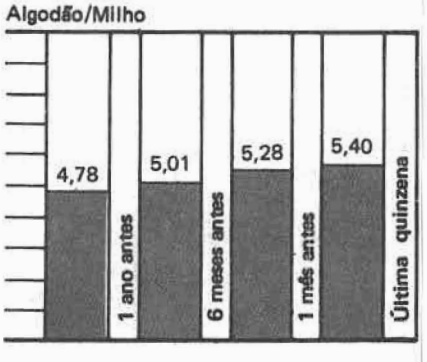
Muito semelhante ao preço relativo algodão/soja médio do mês, o indicador da última quinzena refletiu as variações insignificantes ocorridas nas cotações de ambos os produtos. No caso do algodão, o mercado vem-se ressentindo da grande oferta, que tem levado seu preço a se manter próximo ao preço de garantia do produtor norte-americano.



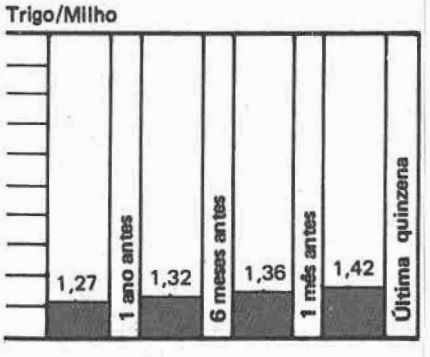
Da mesma forma, o preço relativo soja/milho da última quinzena ficou próximo ao da média do mês, tendo em vista as pequenas alterações ocorridas nos preços de ambos os grãos no período. No caso da soja, sua cotação média durante a última quinzena apresentou-se 18% menor do que um ano antes, refletindo condições de mercado semelhantes às do algodão.



Durante a última quinzena, o preço do milho não conseguiu se sustentar, decrescendo em comparação com a média do mês e alcançando nível 20% menor do que um ano antes, devido à grande oferta esperada no mercado internacional. O mais recente preço relativo algodão/milho, portanto, apresentou aumento em cotejo com o imediatamente anterior.



Tendo em vista a expectativa de uma menor produção de trigo tanto na CEE, quanto no Canadá, seu preço evoluiu 3% comparativamente ao da média do mês.

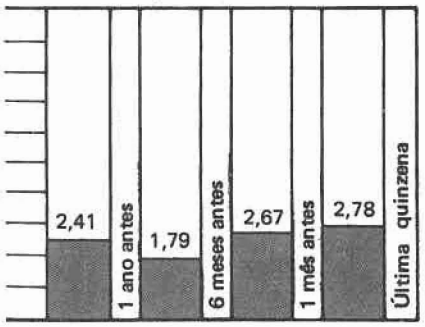


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

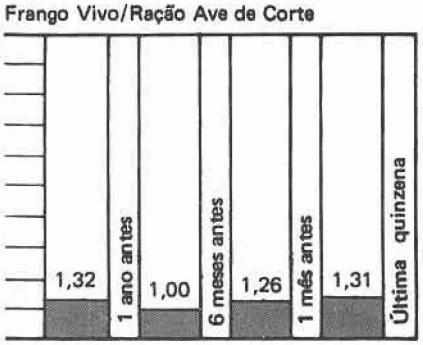
O preço do boi gordo durante a última quinzena foi influenciado pelos danos causados pela estiagem aos pastos no Centro-Sul do país. Na esteira deste aumento, o preço da ave viva valorizou-se 4,4% no mesmo período, fazendo com que se elevasse o preço relativo boi gordo/frango vivo.

Boi Gordo/Frango Vivo



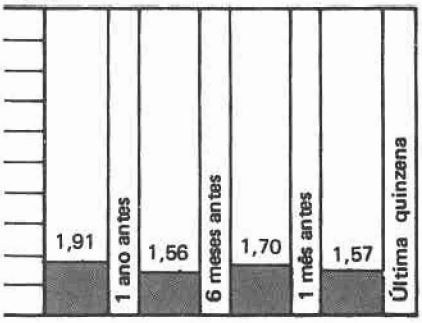
A estabilidade registrada nos preços da ração ao longo da quinzena, comparativamente à média do mês, e a mencionada elevação no preço do frango vivo, fizeram aumentar a lucratividade dos criadores, que alcançou patamar semelhante ao de um ano antes.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



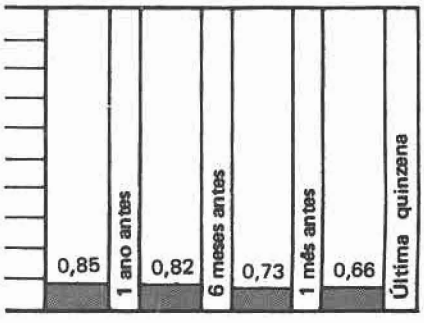
Enquanto a cotação do milho sofreu as conseqüências da seca que atingiu diversas regiões produtoras do Centro-Sul nesta fase de plantio, o preço da soja elevou-se devido à pequena disponibilidade do produto no mercado. Desta forma, ocorreram valorizações, durante a quinzena, de, respectivamente, 14% e 5,4% nos preços desses produtos, em comparação com a média do mês, fazendo cair o preço relativo soja/milho.

Soja/Milho



O atraso do plantio da safra de feijão das águas ocasionou elevação brusca do preço do feijão carioquinha, cuja média da quinzena foi 10% maior do que a do mês. Por seu turno, o feijão preto teve sua cotação estabilizada, devido ao bom abastecimento do mercado e às vendas dos estoques governamentais do produto, ocasionando queda do preço relativo feijão preto/feijão carioquinha. Há um ano, este preço relativo apontava valorização mais acentuada por parte do feijão preto.

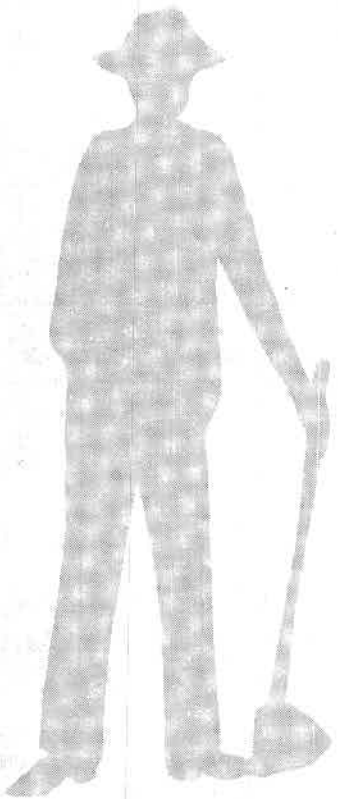
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 15 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1985, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE OUTUBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	36.630.	760.024[3]
Algodão	3.598.573	2.890.541
Algodão arbóreo	1.340.333	201.891
Algodão herbáceo	2.258.240	2.688.650
Alho	–	–
Amendoim	192.783	339.624
Amendoim (1ª Safra)	137.154	262.016
Amendoim (2ª Safra)	55.629	77.608
Arroz	4.754.868	9.003.471
Aveia	140.710	153.153
Banana	422.617	489.094[4]
Batata-inglesa	155.514	1.965.074
Batata-inglesa (1ª Safra)	95.757	1.202.550
Batata -inglesa (2ª Safra)	59.757	762.930
Cacau	635.253	416.350
Café em coco	2.483.000	3.462.550
Cana-de-açúcar	3.835.113	242.137.178
Cebola	57.499	633.484
Centeio	12.582	13.708
Cevada	98.974	123.273
Coco-da-baía	160.689	548.047[3]
Feijão	5.333.452	2.577.325
Feijão (1ª Safra)	2.857.013	1.455.594
Feijão (2ª Safra)	2.476.439	1.121.731
Fumo	266.886	409.618
Guaraná	8.371	1.352
Juta	21.184	20.081
Laranja	663.871	71.268.784[3]
Malva	42.541	42.270
Mamona	495.251	414.716
Mandioca	1.886.549	23.291.012
Milho	11.846.977	22.105.808
Pimenta-do-reino	18.890	36.590
Rami	4.887	10.004
Sisal	333.007	253.268
Soja	10.152.672	18.278.441
Sorgo granífero	162.934	258.055
Tomate	53.873	1.944.936
Trigo	2.647.915	4.132.362
Uva	57.758	717.803

FONTE – IBGE.
[1] Dados preliminares sujeitos à retificação; [2] área ocupada com pés em produção; [3] mil frutos; [4] mil cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Antonio Ribeiro França Filho
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL